



ENERGIA E CRISE FINANCEIRA

Crise facilita cortes de gás do efeito estufa (Folha de S. Paulo) 07/10/09.....	3
Governo busca novo nome para a estatal do pré-sal (Folha de S. Paulo) 07/10/09	3
Cemig acerta detalhes para a compra da Light (Folha de S. Paulo) 07/10/09	4
Solidariedade (Folha de S. Paulo) 07/10/09.....	4
Água de poço está menos potável na região (Folha de S. Paulo) 07/10/09.....	5
OPOSIÇÃO QUESTIONA NEGÓCIO COM DOADORA DO PT (Folha de S. Paulo) 07/10/09	5
Regras de fundos devem mudar (O Estado de S. Paulo) 07/10/09	6
O bom senso, o pré-sal e a Petrobrás (II) (O Estado de S. Paulo) 07/10/09.....	6
Lula tenta atrair empresas, mas suecos reclamam dos impostos (O Estado de S. Paulo) 07/10/09	7
Lupi quer condicionar seguro de desemprego (O Estado de S. Paulo) 07/10/09	8
Petro-Sal pode virar Petromar ou Petrobrás Sal (O Estado de S. Paulo) 07/10/09	9
Lobão acena recuo na mineração (O Estado de S. Paulo) 07/10/09.....	9
Três grupos disputam Belo Monte (O Estado de S. Paulo) 07/10/09.....	10
Bruno Melcher vai comandar a fusão da Dreyfus com Santelisa (O Estado de S. Paulo) 07/10/09.....	11
EPE: suprimento de energia para 2010 está garantido (Estadão Online 20:36h) 07/10/09	11
Mais de 15 mil casas continuam sem energia elétrica no RS (Estadão Online 17:10h) 07/10/09.....	12
EPE prevê leilão de Belo Monte para início de dezembro (Estadão Online 14:04h) 07/10/09	12
Petrobras não quer parar importação de gás da Bolívia (Estadão Online 10:19h) 07/10/09	13
São Paulo Reclama (O Estado de S. Paulo) 07/10/09	13
A destinação do lixo (O Estado de S. Paulo) 07/10/09	13
PSDB: Petrobras tem contrato com empresas suspeitas (Estadão Online 12:33h) 07/10/09.....	14
Crise global reduz emissão de CO2 (O Estado de S. Paulo) 07/10/09.....	15
Cemig pretende fechar compra de controle da Light ainda este mês (Valor Econômico) 07/10/09	16
Cartel é multado (Valor Econômico) 07/10/09.....	17
Jirau corre novo risco de paralisação (Valor Econômico) 07/10/09.....	17
SHV amplia produção e melhora distribuição (Valor Econômico) 07/10/09	18
Aneel deve aprovar projeto básico de Belo Monte em até duas semanas (Valor Econômico) 07/10/09.....	18
Petrobras nega intenção de alterar contratos com Bolívia (Valor Econômico) 07/10/09.....	19
Câmara muda regras de subsídio a termelétricas (Valor Econômico) 07/10/09	19
Órgão cobra US\$ 200 bi para eficiência energética (Valor Econômico) 07/10/09	20
Ministros convencem governistas a defender Petrobras como operadora única (Valor Econômico) 07/10/09.....	20
Garcia coordenará programa de Dilma (Valor Econômico) 07/10/09	21
Relatório sugere prorrogação de licença de concessionárias (Valor Econômico) 07/10/09	22
Vale estuda entrar em Belo Monte (Valor Econômico) 07/10/09	24
Petrobras nega intenção de alterar contratos com Bolívia (Valor Econômico) 07/10/09.....	25
Belo Monte recebe Declaração de Reserva por Disponibilidade Hídrica (CanalEnergia) 06/10/09.....	25
MP 466 é aprovada pelo plenário da Câmara dos Deputados (CanalEnergia) 06/10/09.....	25
MPX Energia ON fecha com alta de 3,68% (CanalEnergia) 06/10/09	26
Comerc aprova uso de excedentes em déficits de usinas de mesmo agente (CanalEnergia) 06/10/09	26
Bandeirante tem reposicionamento tarifário atualizado para -9,79% (CanalEnergia) 06/10/09.....	27
Chesf realiza leilão de venda de energia na próxima quinta-feira, 8 (CanalEnergia) 06/10/09	28
SE/CO registra 70,31% de energia armazenada em setembro (CanalEnergia) 06/10/09	28

Consumo de gás para térmicas registra queda de 1,9 milhão de m ³ em agosto (CanalEnergia) 06/10/09	28
Reservatórios do Sul atingem 94,2% do volume armazenado (CanalEnergia) 06/10/09	29
Assembléia Legislativa de Rondônia aprova pedido para suspender obras de Jirau (CanalEnergia) 06/10/09	29
Impsa Wind pretende investir mais de R\$ 220 milhões no país nos próximos três anos (CanalEnergia) 06/10/09.	29
Leilão de eólicas: Impsa Wind acredita que preço será inferior a R\$ 200/MWh (CanalEnergia) 06/10/09	30
SoEnergy fecha contrato com Eletronorte para usina a diesel no Amapá (CanalEnergia) 06/10/09	30
MPX Energia ON opera em alta de 3,63% (CanalEnergia) 06/10/09	30
Relatório da Comissão de Fontes Renováveis será votado na semana que vem, diz deputado (CanalEnergia) 06/10/09	31
Câmara pretende votar MP 466 nesta terça-feira, 6 (CanalEnergia) 06/10/09.....	31
Celesc aposta em maior fiscalização e eficiência energética para combater perdas (CanalEnergia) 06/10/09	32
Unicamp: abertas até dia 14 inscrições para pesquisador de sistemas energéticos (CanalEnergia) 06/10/09	33

SINDICAL

Nota de repúdio (CUT Nacional) 06/10/09.....	33
Artigo de Eduardo Galeano (CUT Nacional) 06/10/09	34
Paraíba marca presença (CUT Nacional) 06/10/09	36
Trabalhadores da saúde (CUT Nacional) 06/10/09	36
CUT e mais de 60 entidades apoiam (CUT Nacional) 06/10/09.....	37
"Pré-sal e a Educação" (CUT Nacional) 06/10/09	40
Mestrado Internacional Políticas Trabalhistas e Globalização (CUT Nacional) 06/10/09	40
Enfrentar a precarização e avançar para o trabalho decente (CUT Nacional) 06/10/09	41
12 de outubro: pelas crianças e para as crianças (CUT Nacional) 06/10/09.....	42
Sindicato denuncia perseguição da Camargo Corrêa na construção de Jirau (CUT Nacional) 06/10/09	42
RS: Municípios de Pelotas conquistam devolução de desconto previdenciário (CUT Nacional) 06/10/09	43
Cesta básica fica mais cara em dez capitais, mostra pesquisa do Dieese (CUT Nacional) 06/10/09	43
Fentac-CUT promove seu primeiro Congresso de 15 a 18 de outubro, em Votorantim/SP (CUT Nacional) 06/10/09	44
Contra "AI-5 digital", governo prepara estatuto para a internet (CUT Nacional) 06/10/09.....	44
Seminário debate pré-sal e o novo marco regulatório do petróleo brasileiro (CUT Nacional) 06/10/09	46
Justiça concede liminar garantindo o direito de greve aos bancários no ES (CUT Nacional) 06/10/09	46
Produção industrial tem expansão em sete das 14 regiões pesquisadas, revela IBGE (CUT Nacional) 06/10/09	47
Promotora investiga denúncias de assédio moral na prefeitura de Campinas (CUT Nacional) 06/10/09	48
Em Itu (SP), metalúrgicos do Grupo 8 rejeitam proposta da bancada patronal (CUT Nacional) 06/10/09	49
Limpeza: trabalhadores da Termag param contra descaso dos patrões (CUT SP) 06/10/09	49
Brasil deve manter nas mãos do Estado controle do pré-sal, diz Mercadante (CUT SP) 06/10/09	50

Crise facilita cortes de gás do efeito estufa (Folha de S. Paulo) 07/10/09

É como se mundo não tivesse emitido carbono em 2007 e 2008; eficiência pode trazer até 65% de abate

CLAUDIO ANGELO
ENVIADO ESPECIAL A BANCOC

As emissões globais de gás carbônico deverão cair 3% em 2009, graças à crise econômica. Isso abre uma "janela de oportunidade única" de estabilizar a concentração global de gases-estufa no nível considerado seguro pelos cientistas, afirmou ontem a Agência Internacional de Energia (AIE).

O presidente da AIE, Nobuo Tanaka, divulgou ontem, durante a reunião das Nações Unidas sobre mudanças climáticas em Bancoc, Tailândia, resultados do "World Energy Outlook", relatório anual da agência sobre produção e consumo de energia no mundo.

É a primeira vez que o órgão antecipa uma parte do relatório. A medida tem o objetivo declaradamente político de subsidiar a negociação do acordo do clima de Copenhague, a ser fechado em dezembro.

Surpresa

Segundo Fatih Birol, economista-chefe da AIE e coordenador do relatório, o impacto da crise global sobre as emissões surpreendeu até mesmo a agência. Mesmo se nenhuma política de controle de CO2 fosse adotada no mundo, as emissões em 2020 seriam 5% menores do que o estimado pela AIE no ano passado.

"Isso se contrapõe ao crescimento de 3% ao ano das emissões", disse Birol. "É como se em dois anos, 2007 e 2008, nós não tivéssemos emitido carbono nenhum, o que é uma oportunidade muito boa."

Segundo a AIE, o mundo pode agora tentar estabilizar a concentração de gás carbônico na atmosfera em 450 ppm (partes por milhão). Segundo os cientistas do IPCC, esse é o nível de estabilização necessário para dar ao mundo uma chance de 50% de manter o aquecimento global abaixo de 2 graus Celsius, temperatura além da qual a mudança climática sairia do controle.

Alcançar as 450 ppm, no entanto, está longe de ser uma tarefa simples -ou barata. Segundo Tanaka e Birol, será necessário fazer uma "revolução" nos sistemas de transporte e energia, dobrando a participação de energias renováveis na matriz (hoje de 18%) até 2030 e aumentando a participação da energia nuclear. "Isso equivale a inaugurar 17 mil turbinas eólicas e 18 usinas nucleares por ano", disse Tanaka.

Também será necessário um aumento brutal na frota de carros elétricos e híbridos: até 2030, os carros convencionais terão de ser reduzidos a 40% da frota global (hoje são 95%).

O custo dessa transição é estimado em US\$ 10 trilhões entre o ano que vem e 2030. Essa é a má notícia. A boa, diz Birol, é que só as medidas de eficiência energética podem prover até 65% do abate. Cada ano de inação, porém, adverte Tanaka, aumentará o custo de estabilização em US\$ 500 bilhões.

Governo busca novo nome para a estatal do pré-sal (Folha de S. Paulo) 07/10/09

HUMBERTO MEDINA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo admitiu que terá de inventar outro nome para a estatal que controlará a exploração de petróleo e gás na região do pré-sal. O nome PetroSal já havia sido registrado por empresário em Mossoró (RN).

"Vamos fazer um esforço no sentido de encontrar um novo nome para a PetroSal. Não temos tido acesso fácil ao empresário que legalmente, legitimamente, é o detentor desse título. Não podemos mais esperar", disse o ministro Edison Lobão (Minas e Energia).

Dessa vez, diz o ministro, o governo será mais cuidadoso. "Vamos fazer uma pergunta ao INPI [Instituto Nacional de Propriedade Industrial] para saber se os nomes estão livres."

Em audiência pública na Câmara, Lobão mencionou algumas possibilidades, como PetroBrasil. "Depois que tivermos chegado a conclusões sobre os novos nomes, vamos discutir com o presidente da República."

O empresário Carlos Guerra, dono da Petrosal, de Mossoró, foi informado pela Folha sobre a decisão do governo.

"Quem estava tratando disso para mim era o grupo Princesa." Trata-se de escritório com sede em São Paulo, especializado em registro de marcas e patentes.

A Folha não conseguiu localizar advogados do Princesa para saber mais detalhes sobre as negociações com o governo. Guerra disse que sua empresa fornece sondas para a Petrobras.

Pelas regras do novo modelo de exploração do pré-sal, a nova estatal será a empresa mais poderosa: terá maioria nos comitês de exploração e poder de veto nas decisões de produção.

Cemig acerta detalhes para a compra da Light (Folha de S. Paulo) 07/10/09

Estatal mineira quer fechar negociação ainda neste mês

PAULO PEIXOTO
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE

A estatal mineira Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) informou que está em entendimentos finais para ampliar sua participação e se tornar a majoritária no controle da companhia de energia Light. A empresa disse haver expectativa de finalizar a negociação ainda neste mês.

A Cemig já possui 25% do capital social do consórcio RME, controlador da Light desde 2006, com 52,25% do capital. A estatal mineira negocia a compra das quotas que cabem à Andrade Gutierrez e à Pactual Energia no consórcio. Assim, passaria a ser majoritária no grupo controlador.

"Existe a intenção das partes em não alongar mais isso", disse Marco Antônio Rodrigues da Cunha, diretor de gestão empresarial da Cemig.

Cunha disse que falta apenas acertar o preço. Estimativas de mercado apontam que o negócio deve se situar próximo a R\$ 1,4 bilhão, mas o diretor da estatal não citou valores.

Assumir o controle da Light, holding que tem 3,8 milhões de consumidores no Rio de Janeiro e detém 855 MW de capacidade instalada em usinas hidrelétricas, é uma decisão já tomada na Cemig, independentemente de isso acontecer com um eventual sócio.

Ao mesmo tempo em que negocia a venda na Light, a Andrade Gutierrez tenta comprar parte do controle da Cemig que está sob o comando da americana AES (32,96%).

No governo Aécio Neves (PSDB), a Cemig vem ampliando sua atuação no país e diz estar aberta a novos negócios. Neste ano, a estatal mineira comprou por R\$ 2,2 bilhões a Terna Participações, braço brasileiro da estatal italiana Terna SpA. Ontem, na Itália, o governador acertou a transferência dos ativos da Terna para a estatal mineira.

EM GRUPO (Folha de S. Paulo – Monica Bergamo) 07/10/09

Investigada pela CPI das Tarifas de Energia porque três ex-diretores da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) que autorizaram reajustes em suas contas de luz em 2005 hoje dão consultoria à empresa, a Celpe (Companhia Energética de Pernambuco) rebate as acusações. Diz que todas as decisões da Aneel sobre tarifas são tomadas em regime de colegiado e em reuniões públicas, afirma que a revisão tarifária em questão foi definida em colegiado e confirmada no ano seguinte, com diferentes composições de diretor e relator, e diz que o processo foi aprovado pelo TCU e teve a legalidade confirmada pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Solidariedade (Folha de S. Paulo) 07/10/09

ANTONIO DELFIM NETTO

SE HÁ UM PAÍS responsável pela preservação de condições básicas de alguma vida saudável em nosso planeta este país é o Brasil. Não obstante, continuamos a ser o alvo preferencial de críticas de um grande número de organismos supranacionais exatamente quanto aos métodos que utilizamos na exploração dos recursos naturais. Uma das mais recentes, totalmente precipitada e sem nenhuma demonstração empírica, foi a de que "a expansão do plantio de cana é responsável pelo desmatamento do cerrado brasileiro".

Trata-se de rematada tolice, pois é sabido que a cana-de-açúcar se expande em áreas do cerrado que já eram exploradas por outras atividades, como a pecuária. O Brasil construiu a matriz energética mais limpa do planeta Terra e hoje utiliza 40% de energia renovável. Os demais países usam 10% razoavelmente limpos, e 90% sujam. Continuamos investindo na ampliação da oferta da hidroenergia e somos dos mais eficientes do mundo na substituição por energia que gera menos emissões de CO2 e, portanto, produz menor efeito sobre o aquecimento global.

Nem por isso deixamos de expandir a produção de alimentos, que está ajudando a aliviar a fome no mundo e garante a autonomia alimentar de nosso povo. Nos últimos cinco anos, aumentamos o volume físico das exportações de milho (180%), soja (70%), carne bovina (300%), carne de frango (200%) e produtos suínos (300%). E a produção de açúcar aumentou, ao mesmo tempo em que crescia a oferta do etanol.

O Brasil tem grande disponibilidade de terra, de mão-de-obra que se aperfeiçoa visivelmente e de tecnologia desenvolvida principalmente nos últimos 30 anos, desde a criação da Embrapa. Desenvolvida em nosso solo, com base nas condições do cerrado brasileiro, essa tecnologia dominou a agricultura tropical. O cerrado, que era "uma coisa inservível", transformou-se, por obra e graça das pesquisas da Embrapa, no maior ativo brasileiro e num grande acervo da humanidade.

Não avançamos muito apenas no uso da tecnologia para a solução dos nossos problemas vitais de energia e de alimentação. O Brasil vai além quando coloca à disposição de países mais pobres, na África e na Ásia, os resultados das pesquisas que possibilitaram a produção econômica de alimentos nas terras antes inóspitas dos cerrados. E, ainda, a tecnologia de desenvolvimento do etanol. Sem cobrança de royalties. É uma ação solidária importante, que nos diferencia do resto do mundo, onde nações desenvolvidas cobram fortunas para ceder um frasco de remédio que poderia evitar a mortandade pelo HIV nos países pobres.

contatodelfimnetto@uol.com.br

Água de poço está menos potável na região (Folha de S. Paulo) 07/10/09

Levantamento da Cetesb mostra que qualidade caiu nas bacias da região de Ribeirão, Jaboticabal, Franca e Araraquara

Coleta nos poços em 2008 detectou excesso na água de substâncias como ferro, chumbo, alumínio, cromo e coliformes fecais

JULIANA COISSI
DA FOLHA RIBEIRÃO

A qualidade da água retirada dos poços artesianos piorou em quatro das sete bacias hidrográficas que banham a região de Ribeirão Preto. É o que conclui o Painel de Qualidade Ambiental feito pela Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), com dados coletados em 2006 e 2008.

O levantamento constatou que os poços analisados -alguns para abastecimento das cidades- continham quantidades excessivas de chumbo, alumínio e coliformes fecais.

Quando a água do poço passa pelo sistema público de tratamento, impurezas como coliformes fecais são eliminadas. Mas metais como chumbo e alumínio, se estiverem dissolvidos na água (e não em partículas), podem não ser detectados e passar para a rede.

O estudo analisou 159 poços de todo o Estado. A qualidade da água que mais piorou foi detectada naqueles da bacia do Mogi Guaçu: caiu de 95,5% de nível potável para 79,2%. A bacia abastece locais como Sertãozinho e Jaboticabal.

Em três bacias da região cujos poços tinham 100% de potabilidade, a situação piorou. É o caso dos poços do Tietê/Jacaré, na região de Araraquara e São Carlos, cuja qualidade caiu para 80,8%. Também estão menos potáveis os poços do Pardo (Ribeirão), com 91,3%, e os do Sapucaí/Grande (Franca), 91,7%.

Somente em Ribeirão Preto, existem 400 poços artesianos e outros 200 em toda a bacia do Pardo, segundo o Dae (Departamento de Águas e Energia Elétrica). Mas ainda há poços clandestinos em condomínios urbanos e sítios, de acordo com a Promotoria do Meio Ambiente e a Cetesb.

Segundo o diretor regional do Dae, Carlos Eduardo Alencastre, alguns aquíferos (sistema que armazena água no subsolo) estão mais suscetíveis aos riscos de contaminação.

O aquífero Guarani, que abastece a maior parte da região de Ribeirão, está em boas condições, segundo Alencastre. Os pontos mais superficiais de recarga, porém, como na região da zona leste, são mais suscetíveis a serem contaminados pelo homem.

Para evitar, é preciso proteger a área de recarga, diz o diretor. "Não se trata de proibir, mas é preciso criar condicionantes para evitar o crescimento de condomínios e loteamentos na zona leste."

Em Araraquara, a Cetesb detectou chumbo na água de poço. "Isso nos traz a preocupação de monitorar se é algo esporádico ou se existe fonte de contaminação, por adubo ou pesticida a base de chumbo ou por uma indústria", disse o diretor José Jorge Guimarães.

Na coleta dos poços em Franca, foi detectado excesso de coliformes fecais. Em quatro dos poços a água é captada pela Sabesp. As prefeituras de Franca e de São Joaquim da Barra exploram os outros dois.

Para o gerente da Cetesb de Franca, Francisco Setti, como a água é captada em grande profundidade, é mais provável que a contaminação tenha ocorrido na coleta. Ele disse que irá pedir à Sabesp e às prefeituras que revisem o armazenamento e a coleta da água.

CPI DA PETROBRAS

OPOSIÇÃO QUESTIONA NEGÓCIO COM DOADORA DO PT (Folha de S. Paulo) 07/10/09

Senadores cobraram explicações de representantes da Petrobras sobre contratos firmados com a lesa Óleo e Gás, uma das principais doadoras do PT na eleição de 2006, depois que a empresa foi alvo da Operação Águas Profundas, da Polícia Federal. Representantes da estatal disseram que uma comissão foi criada para analisar os contratos. A lesa afirma que não é ré em nenhum processo criminal.

Regras de fundos devem mudar (O Estado de S. Paulo) 07/10/09

Governo quer alterar regras de tributação, para que o imposto de renda passe a ser recolhido só uma vez por ano

Adriana Fernandes, BRASÍLIA

O governo estuda mudanças nas regras de tributação dos fundos de investimento para tornar a aplicação mais atraente. A ideia é que o Imposto de Renda (IR) sobre o rendimento da aplicação seja recolhido apenas uma vez por ano. Hoje, o IR é pago a cada semestre, no sistema popularmente conhecido como come-cotas.

Pela sistemática atual, os fundos de investimentos são tributados em dois momentos: quando há o resgate da aplicação e a cada seis meses sobre os valores que permanecem aplicados. O tributo incide no último dia útil dos meses de maio e de novembro.

Com a mudança, a incidência do come-cotas se daria apenas uma vez por ano. O secretário adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Dyogo Oliveira, disse à Agência Estado que a alteração está em estudo pelo Grupo de Trabalho de Mercado de Capitais, que prepara uma agenda de medidas de ajuste operacional para aperfeiçoar o sistema.

Segundo o secretário, o come-cotas provoca um custo operacional para a indústria de fundos de investimento (registro e cobrança) e reduz a rentabilidade do cotista. Isoladamente, a mudança não gera ganho tão elevado na rentabilidade do cotista. Mas, com custo menor, os bancos teriam condições de reduzir também a taxa de administração que cobram dos investidores.

Para o analista da Spinelli Corretora Jayme Alves, o ganho para o investidor seria em torno de 0,05% ao ano, considerando as atuais taxas de juros. Mas ele ressaltou que a medida é positiva porque os fundos ficarão mais competitivos em relação aos títulos públicos e aos Certificados de Depósito Bancário (CDB), que sofrem tributação do IR na hora do resgate. "A medida melhora para os fundos. Equipara mais com o CDB", disse.

A alíquota do IR no come-cotas é de 20% sobre os rendimentos para os fundos de curto prazo e de 15% para os de longo prazo. Como a tributação não é feita no momento do resgate, o imposto é pago na forma de diminuição da quantidade de cotas do fundo que o investidor possui - daí o nome de come-cotas. O valor da cota não se altera. Com a cobrança passando a ser anual, o investidor poderá ficar com uma maior quantidade de recursos rendendo por seis meses a mais.

Para o governo, explicou Oliveira, o maior problema é que uma alteração na sistemática traz implicações no fluxo de arrecadação tributária. A arrecadação dessas aplicações, de cerca de R\$ 3 bilhões a cada seis meses, ficaria concentrada num único mês. "A medida teria um impacto direto no fluxo do nosso caixa", disse.

A cobrança do come-cotas funciona, na prática, como uma antecipação de receita para o governo. É uma "jabuticaba" brasileira bastante criticada pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid).

Com a maior concorrência da caderneta de poupança depois da queda da Selic (taxa básica de juros) para os mais baixos níveis históricos, a indústria de fundos tem defendido uma tributação mais igualitária entre as aplicações.

A redução da Selic reduziu a rentabilidade dos fundos, que temem uma migração para a poupança. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, chegou a anunciar, em maio, uma queda das alíquotas do IR sobre os fundos de investimento, mas voltou atrás. A justificativa para o recuo foi a de que não havia necessidade de uma diminuição dos tributos porque o mercado ficou estável e uma forte migração de investidores não ocorreu. O governo anunciou também um projeto para tributar os rendimentos dos saldos de poupança acima de R\$ 50 mil, mas o plano ficou na gaveta depois que líderes da base aliada alertaram que a medida não seria bem aceita no Congresso.

O bom senso, o pré-sal e a Petrobrás (II) (O Estado de S. Paulo) 07/10/09

Acrescentei ao título de meu artigo anterior (O pré-sal e a Petrobrás, 3/12/2008) as palavras bom senso, pois acredito que o governo chegou a uma equação equilibrada e progressista no episódio do pré-sal. Defendi desde o primeiro momento, em público e em discussões com membros do governo, a tese de que a Petrobrás deveria, como parte do

País, ser a segunda maior beneficiária - depois do povo brasileiro - e, ao mesmo tempo, alavanca das riquezas descobertas por ela mesma.

A capitalização da Petrobrás e o aumento da participação da União no capital da empresa, utilizando as reservas do pré-sal para um vigoroso aumento de capital, além de serem práticas mundiais, deixam seus acionistas privados em posição de acompanharem o aumento com dinheiro novo necessário para explorar as novas jazidas ou, em caso contrário, verem seu patrimônio crescer em bases sólidas. A adoção da partilha em nível de 80% com 5% de bônus antecipado é absolutamente realista e atual, e o fato de dar à Petrobrás 30% em direitos de exploração nas áreas do pré-sal só reforça o prêmio ao pioneirismo da descoberta e a confiança na eficiência da empresa.

Desnecessária apenas a formação da Petro-sal. Isso porque a ANP e o Ministério de Minas e Energia em especial têm todas as credenciais para regular o setor como fazem hoje, e o Tesouro Nacional, com o aumento do capital da Petrobrás e a exploração direta dos novos campos, poderá destinar, sem mais uma estatal, os recursos auferidos por meio de seus mecanismos normais.

De apoiar, portanto, o fortalecimento da Petrobrás, que com o aumento de capital de US\$ 75 bilhões passa a ser uma das três maiores petrolíferas do mundo, dispondo de uma base de capital, tecnologia, capacidade gerencial e reservas provadas que aumentarão o peso de sua presença mundial, atraindo sócios, gerando riquezas, formando quadros dirigentes e assumindo posição preponderante em todas as negociações futuras em reservas de petróleo que poderão atingir 200 bilhões de barris.

Autossuficiência e autonomia de refino equilibrarão o ainda deficitário balanço de pagamentos do petróleo no País. Mas com Tupi chegando em 2014 a 2 milhões de barris/dia e as refinarias do Rio, Recife e Maranhão funcionando, o setor certamente passará a gerar superávits marcantes.

Friso o papel de vetor do desenvolvimento industrial que a Petrobrás terá de desempenhar. A cadeia produtiva do petróleo - e aí entra nas considerações o fundamental item fertilizantes - representará para o PIB do País o que na indústria automotiva o setor de autopeças para ele contribui. Diretamente conseqüente à indústria automobilística lançada por Juscelino Kubitschek em 1955, o setor de autopeças se tornou a base do País, hoje 5º maior produtor de automóveis do mundo. Assim será com a indústria naval, de sondas, plataformas e equipamentos para a área petrolífera, criando valor para empreendedores brasileiros de visão.

Uma palavra de alerta: participei, com a CNI e a Anfavea, da luta junto com a Petrobrás pela difusão do uso do etanol. Vencidas as etapas e já consolidado o combustível verde para o automóvel, não pode a Petrobrás descuidar da tarefa histórica a que também aderiu - a de fazer o etanol consolidar a sua presença e a importância crescentes no cenário energético mundial.

Assim como a Petrobrás foi fundamental para o sucesso do Proálcool, seu atual engajamento com o Programa Brasileiro de Biodiesel é de enorme importância, porquanto ela possui um amplo programa que abrange o desenvolvimento tecnológico, a produção comercial de biodiesel e sua disponibilidade nos postos de combustíveis. Consideremos ainda que o Brasil dispõe hoje de mais de 90 milhões de hectares cultiváveis, sem qualquer impacto às florestas preservadas. E o bioetanol poderá ter sua produção duplicada se as novas tecnologias para a produção dos resíduos das colheitas pelo processo de produção da biomassa celulósica, já quase comercialmente viáveis, forem adotadas.

É assim que a Petrobrás pode desempenhar igual papel de liderança em outras fontes de energias renováveis, tais como a eólica, a solar e a biomassa, com o cuidado e o estímulo à conservação ambiental, nossa bandeira nacional, hoje talvez ainda mais importante que as descobertas feitas. E como sempre acreditei que o Brasil estaria entre as cinco maiores economias do mundo, a estabilização monetária e conseqüente distribuição de renda já nos mostram claramente que, coroado pelos Jogos Olímpicos, chegou o momento do Brasil.

*Mario Garnero, presidente do Conselho do Grupo Brasilinvest, é presidente do Fórum das Américas e da Associação das Nações Unidas (Brasil)

Lula tenta atrair empresas, mas suecos reclamam dos impostos (O Estado de S. Paulo) 07/10/09

Alexandre Calais* e Andrei Netto, ENVIADOS ESPECIAIS, ESTOCOLMO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou a reunião de cúpula entre Brasil e União Europeia em Estocolmo para vender o País aos empresários suecos como um dos melhores destinos para investimentos hoje no mundo.

Num discurso de improviso, feito logo depois do discurso oficial, para empresários suecos e brasileiros, Lula afirmou que o País atravessa um momento único, com grandes oportunidades, principalmente por causa da realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, que serão realizados no Rio de Janeiro.

Atualmente, estão no Brasil mais de 200 empresas suecas, que empregam cerca de 50 mil pessoas.

Os suecos, no entanto, reclamaram das dificuldades de se fazer investimentos no Brasil. A principal crítica é em relação à complexidade da estrutura dos impostos. Em declaração conjunta, empresários dos dois países reclamaram também do fato de os acordos de comércio entre o Brasil e a União Europeia ainda estarem incompletos, o que dificulta muito o comércio bilateral.

Mesmo assim, o intercâmbio comercial entre Brasil e Suécia praticamente triplicou nos últimos anos: passou de US\$ 938 milhões em 2003 para US\$ 2,28 bilhões no ano passado.

Lula voltou a lembrar no encontro que o Brasil está saindo da crise global antes que os outros países e disse que isso se deve ao fato de o governo estar cumprindo seu papel de indutor e regulador da economia.

Lembrou também que o fato de haver bancos estatais no País foi fundamental para solucionar o problema de crédito. "Quando o crédito começou a faltar, não vacilamos: começamos a comprar bancos."

Para o presidente, a lição que fica da crise é que não se pode mais cometer os mesmos erros. "O sistema financeiro tem de existir para financiar o desenvolvimento, não para pagar bônus milionários", afirmou, em referência direta aos altos bônus pagos a executivos dos bancos que se tornaram alguns dos principais responsáveis pela crise financeira global.

Ele disse também que o Brasil foi o País que mais perdeu oportunidades de crescimento nas últimas décadas, mas que isso não vai se repetir. "O Brasil não vai jogar fora o século 21 como fez com o século 20".

Lula, o primeiro-ministro da Suécia - país que ocupa hoje a presidência rotativa da União Europeia -, Fredrik Reinfeldt, e o presidente da Comissão Europeia - o braço executivo da UE -, José Manuel Durão Barroso, reiteraram, após a reunião de cúpula, a necessidade de se concluir no ano que vem as negociações da Rodada Doha - acordo que tem por objetivo reduzir as barreiras comerciais em todo o mundo, mas se arrasta sem conclusão desde 2001.

Brasil e UE também concordaram em "intensificar seus esforços para a retomada das negociações com vistas a concluir um acordo de associação Mercosul-UE ambicioso e equilibrado". As conversas entre os dois blocos estão praticamente paradas desde 2004.

- O repórter viajou a convite da Comissão Européia

Lupi quer condicionar seguro de desemprego (O Estado de S. Paulo) 07/10/09

Desempregado só terá benefício se fizer curso de capacitação

Edna Simão, BRASÍLIA

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, quer vincular a liberação do seguro-desemprego à realização, pelo trabalhador desempregado, de um curso de capacitação profissional, seguindo modelo da Itália. A proposta deve ser apresentada ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), que administra o seguro.

"O seguro-desemprego é um benefício fundamental, mas não pode ser estático ou incentivar a ociosidade. Esse modelo não só oferece mais oportunidades a quem está desempregado, como também ajuda a prevenir fraudes", afirmou Lupi, na segunda-feira, em reunião com empresários no Rio Grande do Norte. As declarações do ministro foram confirmadas ontem por sua assessoria, em Brasília.

A possibilidade de vincular o seguro-desemprego a um curso de qualificação já vem sendo debatida internamente no ministério. Existem dúvidas se é preciso alterar a lei que prevê a concessão do benefício.

Além disso, para inserir essa condição, o governo federal terá de investir ainda mais em cursos de qualificação. A liberação de recursos para cursos de qualificação já foi alvo de irregularidades nos Estados e nas centrais sindicais. O dinheiro era desviado para outras finalidades.

Por enquanto, não há previsão para entrega da proposta ao Codefat. Antes, o conselho precisa resolver outro problema: formalizar a saída de quatro confederações patronais: da Agricultura (CNA), Indústria (CNI), Comércio (CNC) e Sistema Financeiro (Consif) e escolher os seus substitutos.

Essas instituições renunciaram às vagas no conselho porque, segundo elas, Lupi teria interferido na eleição do representante da entidade que iria presidir o conselho. Para normalizar o funcionamento, o Codefat precisa estar com a composição completa, ou seja, cinco representantes de cada categoria - governo, empresários e trabalhadores. Hoje, a Confederação Nacional de Serviços (CNS) ocupa a presidência.

Petro-Sal pode virar Petromar ou Petrobrás Sal (O Estado de S. Paulo) 07/10/09

Negociação com empresário que registrou o nome Petro-Sal não avançou e governo estuda novas ideias

Renato Andrade, BRASÍLIA

O governo vai mudar o nome da nova estatal que será criada para fazer a gestão dos contratos de partilha do marco regulatório de exploração de petróleo e gás. O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, admitiu ontem que as negociações com o empresário que detém os direitos de propriedade do título "Petro-Sal" não avançaram, o que forçará o governo a escolher um novo nome para a empresa que ainda nem saiu do papel.

"Não temos tido acesso fácil ao empresário que legalmente é o detentor desse título e não podemos mais esperar", disse o ministro. "Fizemos uma tentativa inicial, apelamos ao patriotismo dele, mas ele certamente está preferindo mantê-lo, que faça bom proveito, é o que nós desejamos", acrescentou.

Segundo Lobão, o governo vai consultar o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) para avaliar se outros nomes já em análise estariam livres para serem usados. A ideia é encaminhar a nova sugestão ainda este mês para a comissão especial que estuda o projeto.

O deputado Luiz Fernando Faria (PP-MG), relator da matéria, disse ontem que pretende apresentar seu relatório entre 20 e 22 de outubro. Entre os nomes, estão alguns já apresentados em emendas ao projeto, como Petromar e Petro-Sal do Brasil. Lobão mencionou ainda outras ideias apresentadas por agências de publicidade, como Petrobrás Sal e Petro-Brasil.

Durante audiência pública ontem, Lobão voltou a dizer que a nova estatal terá estrutura enxuta e não precisará de grandes receitas. "Não haverá orgia nos gastos da Petro-Sal." O ministro também rejeitou as críticas de que a nova empresa poderá ser um núcleo de apadrinhados políticos. "Não se tratará de um cabide de empregos."

OPERADORA ÚNICA

O governo também decidiu ontem que vai insistir em manter a Petrobrás como operadora única do pré-sal, apesar das críticas. A decisão foi fortalecida após uma reunião com representantes da área jurídica do governo que argumentaram não haver impedimento legal para a proposta. Os deputados Arlindo Chinaglia (PT-SP) e Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), presidente e relator da comissão que avalia o projeto que cria o novo modelo de partilha, estavam receosos quanto à legalidade da ideia, segundo Lobão.

Lobão acena recuo na mineração (O Estado de S. Paulo) 07/10/09

Governo pode rever ideia de aumentar royalties do setor

Renato Andrade, BRASÍLIA

O governo pode rever a ideia de aumentar os royalties cobrados das empresas de mineração no país, proposta que está incluída no esboço do novo código mineral que deve ser encaminhado ao Congresso ainda este ano. "Nós não faremos nada de tal sorte que possa impedir as mineradoras brasileiras de competir com o exterior", afirmou ontem o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

O esboço do novo código mineral prevê a criação de uma agência reguladora e o aumento da tributação e dos royalties cobrados na mineração, conforme revelou o Estado no mês passado. As empresas reagiram à proposta e argumentaram que os aumentos poderiam inviabilizar os negócios, uma vez que os custos internos ficariam maiores do que os enfrentados por suas concorrentes no exterior.

Apesar de defender que a tributação sobre o setor de mineração não é alta, Lobão foi cauteloso e ponderou que o governo está analisando "cuidadosamente" a questão. "Nós não queremos quebrar as empresas e, muito menos, deixar de exportar", disse. Minérios foram o terceiro produto mais vendido pelo Brasil no exterior na primeira metade do ano, respondendo por 10% do volume total de exportações feitas no período.

A mineração é um dos setores em que o governo pretende intervir de forma mais pesada, junto com petróleo e eletricidade.

Apesar das reclamações do setor privado, Lobão ponderou que a carga tributária praticada atualmente é uma das mais baixas, se comparada com outros países. O mesmo vale para o percentual cobrado em royalties. "Nós cobramos 2% de royalties, a Austrália cobra 8,5%", disse.

Três grupos disputam Belo Monte (O Estado de S. Paulo) 07/10/09

Eletrobrás deve entrar como sócia do consórcio vencedor do leilão, previsto para ser realizado até dezembro

Wellington Bahnemann

Três consórcios já se preparam para disputar a licitação da hidrelétrica Belo Monte (PA), prevista para ocorrer até o início de dezembro deste ano. Segundo fonte próxima ao processo, essa possibilidade ganha força no mercado e conta com a simpatia do governo federal, que trabalha para tornar viável a concorrência pela concessão do projeto. "Se isso se concretizar, o governo deve optar por deixar que a Eletrobrás ingresse no grupo vencedor, depois da licitação", acrescenta a fonte, que falou na condição de não ter o nome divulgado.

Um dos consórcios em formação é o que vem sendo chamado de "consórcio Previ", que seria integrado pela CPFL Energia, Neoenergia e a mineradora Vale. O fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil é acionista dessas três empresas, e a associação entre elas evitaria conflitos de interesse.

Recentemente, o presidente da CPFL Energia, Wilson Ferreira Júnior, admitiu a parceria com a Neoenergia em razão de as duas empresas terem o mesmo acionista, a Previ. A Camargo Corrêa, acionista controladora da CPFL, é outra companhia que deve entrar no consórcio.

Um segundo grupo em constituição teria como investidores a franco-belga Suez, controladora da Tractebel Energia no Brasil, a Odebrecht e a fabricante de alumínio Alcoa. Já o terceiro grupo teria a participação de outras construtoras e fornecedores estrangeiros, segundo a mesma fonte.

Isso demonstra o sucesso da estratégia do governo federal em evitar a formação de um grupo único para o leilão de Belo Monte, que caminhava para um consórcio formado por Suez, CPFL, Cemig e Neoenergia. Diante da perspectiva de baixa disputa na licitação, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, chegou a afirmar que o grupo Eletrobrás poderia entrar sozinho para promover a concorrência.

Agora, à luz do novo cenário, a tendência é que o governo opte pelo chamado "modelo noiva" para a participação do grupo Eletrobrás. A estatal ficaria de fora do leilão, associando-se depois com o grupo vencedor. Essa hipótese evitaria a concorrência entre as próprias subsidiárias do grupo, como houve pelas usinas do Rio Madeira (RO).

Recentemente, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, afirmou que a Eletrobrás deve ter até 49% de participação em Belo Monte. Segundo a fonte, porém, essa fatia da holding federal no consórcio vencedor deve ser dividida com a Cemig, outra estatal interessada no projeto. "Se três consórcios disputarem a licitação, será uma grande notícia. São poucas as empresas no mundo com condições de construir uma hidrelétrica desta magnitude", afirmou a fonte.

Com 11 mil MW de potência e localizada no Rio Xingu (RO), Belo Monte será a maior hidrelétrica 100% nacional quando estiver em operação. A usina perde por pouco para a binacional Itaipu, com 14 mil MW de potência. A estimativa da EPE é que o investimento na usina seja de R\$ 16 bilhões, sendo R\$ 3,5 bilhões na área ambiental - o valor é controverso, já que a iniciativa privada projeta um montante total de R\$ 30 bilhões. Em razão dos grandes desafios, o governo federal vem discutindo mecanismos para garantir o sucesso da licitação.

As novas condições de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) são um fator de estímulo: o prazo de financiamento para a construção da usina deve ficar entre 25 anos e 30 anos. Outra novidade é a possibilidade de os grandes consumidores de energia participarem dos consórcios. Com isso, o governo agrega outros investidores, como a mineradora Vale.

A expectativa do governo é realizar o leilão ainda este ano. A definição da data depende da liberação da licença prévia ambiental (LP) pelo Ibama. Ontem, o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, disse que o documento deve ser liberado este mês.

Bruno Melcher vai comandar a fusão da Dreyfus com Santelisa (O Estado de S. Paulo) 07/10/09

BNDES decide não fazer aporte e conclusão do negócio fica para dia 16

Irany Tereza e Eduardo Magossi, RIO

A assembleia de acionistas que iria ratificar a incorporação da Santelisa Vale S.A. pela Louis Dreyfus Commodities, nesta quinta-feira, foi adiada para 16 de outubro. Mas o presidente executivo da nova empresa já está definido: será Bruno Melcher, atual diretor executivo da Louis Dreyfus Bioenergia. A diretoria da nova empresa será divulgada oficialmente durante a assembleia.

A alteração da data da assembleia foi confirmada pela Santelisa Vale. Segundo fontes próximas à negociação, a assembleia foi adiada porque o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) ainda precisa aprovar a incorporação e isso será feito em sua próxima reunião de diretoria.

Embora o BNDES tenha decidido não mais realizar o aporte de R\$ 400 milhões prospectado inicialmente, continua como importante sócio da empresa, com 6,4%.

Após a incorporação, a LDC Bioenergia deverá ficar com entre 62% e 72% da Santelisa Vale. Os dez pontos percentuais de variação dependem do sucesso que a multinacional terá no processo de busca por um novo sócio que invista os R\$ 400 milhões do aporte já realizado pela LDC Bioenergia.

Os acionistas atuais, as famílias Biagi e Junqueira Franco, o banco norte-americano Goldman Sachs e o BNDES ficarão com 15% da Santelisa Vale e os grandes bancos credores (Bradesco, Itaú, Santander e Votorantim, que concentram dois terços da dívida), com 13%.

NOVO SÓCIO

O novo sócio da companhia ainda não foi definido, segundo essa fonte, mas é provável que seja alguém da própria família Dreyfus. A expectativa é que a função desse novo sócio seja de apenas um investidor financeiro, não de parceiro estratégico.

Se um novo investidor não for encontrado, a própria Dreyfus entrará com esses recursos. Essa decisão, segundo a fonte, já está firmada.

A fonte também informou que o prejuízo do Grupo Santelisa para o ano fiscal de 2009, de R\$ 1,2 bilhão, que foi divulgado esta semana, já estava contabilizado e não terá influência na negociação em curso. "Não foi nenhuma surpresa", disse a fonte. Em consequência da entrada da fase final das negociações, a Santelisa está liberando seus executivos.

Contratados para fazer a transição da incorporação, o presidente da Santelisa, André Mastrobuono, e o presidente do seu conselho de administração, Luiz Kaufmann, deixaram a companhia.

EPE: suprimento de energia para 2010 está garantido (Estadão Online 20:36h) 07/10/09

LEONARDO GOY - Agencia Estado

BRASÍLIA - O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, afirmou hoje que, devido às fortes chuvas que vêm ocorrendo este ano, que garantiram níveis recordes de armazenamento de água nos reservatórios das hidrelétricas, o abastecimento de energia elétrica para o País em 2010 está garantido. "Os principais

reservatórios estão em seu maior nível dos últimos 10 anos. Para o ano que vem, está garantido o suprimento", disse Tolmasquim, acrescentando que, com isso, está descartada a hipótese de apagão no governo Lula.

A situação dos reservatórios e do abastecimento de energia foi o assunto da reunião de hoje do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), encerrada no começo da noite. Segundo Tolmasquim, devido à abundância de águas, não há usinas termelétricas ligadas no País a não ser as duas nucleares, em Angra dos Reis (RJ).

Mais de 15 mil casas continuam sem energia elétrica no RS (Estadão Online 17:10h) 07/10/09

Temporal provocou queda de energia para 150 mil no Estado; luz deve ser totalmente restabelecida nesta noite

Maíra Teixeira - Central de Notícias

SÃO PAULO - Cerca de 15.500 casas continuam sem energia elétrica no Rio Grande do Sul nesta quarta-feira, 7. As fortes chuvas e ventos, que chegaram a 110 km/h, nos últimos dias provocaram grandes estragos nas redes, de acordo com as concessionárias gaúchas.

Em Porto Alegre são 4 mil imóveis sem luz, enquanto em parte da Região Metropolitana (Viamão, Alvorada, Guaíba e Eldorado do Sul), são 2 mil, segundo a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). A empresa informou ainda que mais 4 mil consumidores estão na mesma situação nas cidades de Pelotas, Rio Grande e no litoral. A previsão é de que a energia seja restabelecida ainda nesta quarta pelas 150 equipes que trabalham para isso.

De acordo com a AES Sul, distribuidora de outra parte da Grande Porto Alegre, as cidades de São Leopoldo, Nova Hamburgo e Canoas têm juntas 5,5 mil clientes sem energia elétrica. Neste momento 300 equipes da AES Sul trabalham para normalizar o fornecimento, mas ainda não há previsão de conclusão dos trabalhos e normalização do fornecimento.

EPE prevê leilão de Belo Monte para início de dezembro (Estadão Online 14:04h) 07/10/09

LEONARDO GOY - Agencia Estado

BRASÍLIA - O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, disse hoje que o leilão de concessão da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), deverá ser realizado no início de dezembro. "Acredito que a licença ambiental prévia sairá este mês e, também em outubro, o Ministério de Minas e Energia deverá publicar as diretrizes para o edital, que será elaborado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)", disse Tolmasquim, ao chegar à Câmara dos Deputados para uma audiência pública na Comissão Especial que analisa o projeto de lei que propõe a partilha na produção de petróleo na camada pré-sal.

Tolmasquim informou também que o governo não afasta a hipótese de apresentar soluções diferentes para cada segmento do setor elétrico (geração, transmissão e distribuição) em relação ao problema do vencimento das concessões a partir de 2015. O governo está há mais de um ano estudando o que fazer com essas concessões, que vencem em definitivo.

Segundo Tolmasquim, o relatório preliminar do grupo de trabalho formado pelo governo para estudar o problema lista os prós e os contras de ambas as hipóteses: a de relimitar as concessões e a de prorrogá-las para os atuais concessionários. Essa segunda hipótese exigiria mudanças na legislação.

Tolmasquim disse que "pode não haver soluções iguais", tanto entre diferentes setores, como, até, para ativos semelhantes que foram concedidos sob regras diferentes. "Algumas concessões seguem uma determinada regra, e outras, regras diferentes. É um cipoal (do ponto de vista) legal", afirmou o presidente da EPE.

Ele afirmou, porém, que a ideia do governo é a de procurar soluções globais. A principal questão, disse, é resolver os imbróglios jurídicos. Tolmasquim admite que relimitar as concessões pode ser vantajoso, porque, com a competição, as tarifas poderão ser reduzidas, mas, por outro lado, a transferência da concessão de uma empresa para outra pode gerar

problemas, porque o novo concessionário ficaria com os ativos, mas os passivos estariam ainda atrelados ao concessionário atual.

Por outro lado, disse Tolmasquim, a simples prorrogação das licenças, que também embutiria uma redução de tarifas, não é uma unanimidade do ponto de vista jurídico. Segundo ele, há juristas que avaliam que a prorrogação não seria constitucional, enquanto outros entendem que é possível fazê-la com apenas uma mudança na lei. "Isso ainda não está claro do ponto de vista jurídico."

Petrobras não quer parar importação de gás da Bolívia (Estadão Online 10:19h) 07/10/09

MARINA GUIMARÃES - Agencia Estado

BUENOS AIRES - O Brasil não pretende interromper as importações de gás da Bolívia quando finalizar o atual contrato em 2021, afirmou a diretora de Gás e Energia da Petrobras, Maria das Graças Foster, durante entrevista coletiva à imprensa, em Buenos Aires, onde se realiza a Conferencia Mundial de Gás.

"Nós não consideramos deixar de importar gás de Bolívia. Não vamos deixar de importar. Estamos dispostos a continuar conversações com a Bolívia para receber mais gás quando o contrato tiver vencido. O gás é importante para a Bolívia e as relações com o país são muito importantes para o Brasil", afirmou.

São Paulo Reclama (O Estado de S. Paulo) 07/10/09

Curto-circuito

O complicado neste país é fazer valer nossa cidadania. Só para ilustrar minha indignação, cheguei em casa às 21h40, no dia 29/9, e me deparei com o poste de energia elétrica em frente à janela do meu apartamento em curto-circuito, distribuindo faíscas para todos os lados e, para ajudar, no meio de uma árvore. Liguei para a AES Eletropaulo, que disse que esse era um problema de responsabilidade do Departamento de Iluminação Pública (Ilume). Liguei no Ilume e o prazo dado para atendimento foi de 24 horas a partir do dia seguinte. Espero que nesse tempo nada grave, como um incêndio, por exemplo, ocorra e que eu possa realmente ter a chance de ver alguma providência ser tomada. Na sequência liguei ao 193 (Bombeiros), que me informou que só poderia fazer algo depois que o fogo se tivesse iniciado. Tentei ligar na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para fazer uma reclamação, porém, o horário de funcionamento é das 9 às 18 horas. Também tentei a Ouvidoria da AES Eletropaulo, mas o horário de atendimento deles também se encerra às 18 horas. Diante desse cenário, como é possível acreditar no exercício da cidadania? Gostaria de ver se isso tivesse ocorrido na frente da casa de alguma "autoridade" ou em algum bairro nobre da cidade. O máximo que posso fazer é ficar na minha janela esperando o incêndio começar. Razoável?

FABIANO RANGEL

São Paulo

A Secretaria Municipal de Serviços informa que uma equipe de manutenção do Ilume compareceu à Rua Joaquim José da Cruz Secco, no dia 2/10, e eliminou um mau contato, normalizando a situação da via.

A destinação do lixo (O Estado de S. Paulo) 07/10/09

Desde domingo o Aterro Sanitário São João deixou, finalmente, de receber lixo, depois de 17 anos de funcionamento e de vários anúncios da sua desativação. Enquanto funcionou, recebia quase metade das 13 mil toneladas de lixo doméstico da capital e acumulou um total de 28 milhões de toneladas de lixo - uma montanha que chegou a 160 metros de altura, o equivalente a um edifício de 45 andares.

No Município da capital não há mais nenhum grande aterro sanitário em funcionamento. Em 2007, o Bandeirantes, localizado em Perus, na zona norte, já havia atingido o seu limite de carga. Hoje, quase todo o lixo doméstico paulistano é exportado para duas áreas nos municípios de Guarulhos e de Caieiras, numa operação cara e criticável do ponto de vista ambiental.

Pelo contrato de concessão, a EcoUrbis - empresa que administra o Aterro São João - arca com os custos da coleta, transporte e destinação final dos resíduos e aguarda, há pelo menos três anos, a licença para a construção de um novo aterro, em área de 435 mil m², vizinha do São João. Uma vez obtida a licença, serão necessários seis meses para a construção do novo depósito e adaptação do terreno.

Burocracia na licença de instalação, danos ambientais e altos custos são os inconvenientes desse modelo de destinação do lixo doméstico - que diminuem consideravelmente com a adoção bem-sucedida da coleta seletiva, como mostram as experiências de cidades dos Estados Unidos, Japão e Europa. Os materiais recicláveis são separados e os de alta combustibilidade (como o entulho de construção) se destinam à geração de energia. Esse sistema é economicamente mais atraente do que os aterros que, embora também possam servir como fontes de energia - com o aproveitamento do metano resultante do lixo -, têm vida útil limitada a 15 anos, em média. Quando o próprio resíduo é diretamente usado na geração de energia, a produção é permanente.

O governo do Estado de São Paulo anunciou, há algumas semanas, que está na fase final a elaboração de um plano para a construção de usinas de incineração de lixo. Pretende-se com isso evitar a construção de novos aterros nas regiões metropolitanas e no litoral norte do Estado. A Emae - empresa estadual para geração de energia - pretende utilizar o lixo para geração de vapor e energia elétrica. Os resíduos resultantes da queima poderão ser utilizados na fabricação de blocos para a construção civil.

Uma usina com capacidade de queimar mil toneladas de lixo por dia custaria aproximadamente R\$ 250 milhões. No Brasil, conforme dados da Fundação Getúlio Vargas, a construção de um aterro capaz de receber 2 mil toneladas de resíduos por dia custa mais de R\$ 525 milhões. O Aterro São João recebia o triplo desse volume de lixo.

Há quem discorde da instalação das usinas de incineração por causa dos perigos da emissão, durante o processo, de dioxinas e furanos, substâncias causadoras de câncer. Para a Emae, porém, a maior prova de que a incineração conta hoje com eficaz tecnologia de filtragem está no fato de países como a Alemanha - tido como o mais rigoroso nas regras de controle ambiental - adotarem-na. Na região da Baviera, 60% do lixo é reciclado. Os outros 40%, formados por material inflamável, são enviados para incineração.

Além da incineração, há o processamento biológico do lixo, tido como mais seguro para a saúde humana. Por meio da compostagem, os resíduos orgânicos se transformam em adubo, ao mesmo tempo que o metano é produzido para geração de energia elétrica.

Com qualquer desses sistemas, evitam-se os custos monumentais de implantação e operação dos aterros, de transporte do lixo para locais cada vez mais distantes e de reparação aos danos provocados ao meio ambiente.

A Prefeitura de São Paulo gasta R\$ 900 milhões por ano com o lixo, grande parte com a operação de transporte. Usinas de reciclagem e compostagem poderiam transformar esse lixo em fertilizantes e energia, num processo contínuo. Nos aterros, o lixo só começa a desaparecer depois de 20 anos.

PSDB: Petrobras tem contrato com empresas suspeitas (Estadão Online 12:33h) 07/10/09

CAROL PIRES E ANDREA JUBÉ VIANNA - Agencia Estado

BRASÍLIA - Informações levantadas pela assessoria técnica do PSDB mostram que menos de um ano depois de serem denunciadas pelo Ministério Público por suspeita de fraudes em licitações e contratos de reforma de plataformas petrolíferas, três empresas envolvidas na Operação Águas Profundas da Polícia Federal voltaram a firmar contratos com a Petrobras. Somadas, as contratações totalizariam cerca de R\$ 2,3 bilhões. As informações foram apuradas pela assessoria do PSDB no site da estatal e levadas a conhecimento da CPI da Petrobras pelos senadores Sérgio Guerra (PE) e Alvaro Dias (PR) em reunião realizada ontem.

Deflagrada em julho de 2007, a operação Águas Profundas da Polícia Federal culminou no indiciamento de 26 pessoas (sendo 5 funcionários da Petrobras) e resultou em ação penal que está em curso na Justiça Federal do Rio de Janeiro. No entanto, ainda em 2007, uma das empresas investigadas - Estaleiro Mauá S/A (ex-Mauá-Jurong) - firmou quatro

contratos para reparações em embarcações com a Transpetro S/A, subsidiária da Petrobras, que somam R\$ 660 milhões.

Em 2008, nos meses de outubro e dezembro, a Iesa Óleo e Gás S/A e o consórcio Quip S/A (formado por Iesa, Queiroz Galvão e UTC Engenharia), também alvos da investigação da PF, firmaram três contratos com a estatal que juntos totalizam R\$ 1,7 bilhão, um deles com prazo de encerramento em 2012. Os contratos preveem a construção dos módulos de remoção de sulfato, compressão e integração da plataforma P-55.

Os senadores tucanos questionaram, durante reunião de ontem da CPI da Petrobras, os contratos firmados entre a Petrobras e as empresas investigadas. Os opositoristas quiseram saber se a estatal não leva em conta o histórico das participantes de suas licitações, sobretudo porque as concorrências se deram pela modalidade "convite", ou seja, em que a licitante escolhe as empresas que disputarão os contratos. "Embora possa ser considerada uma empresa quadrilheira, ela a Iesa continuam ganhando muito dinheiro da Petrobras. Os senhores não acham que há aí uma relação de promiscuidade?" questionou Alvaro Dias.

A assessoria de imprensa da Petrobras informou que uma comissão técnica da empresa também investiga os contratos. Segundo a assessoria, a comissão técnica avalia se existe "responsabilidade na condição de pessoa jurídica (se houve de fato uma ação corporativa na fraude denunciada pelo MPF)" ou se foi uma ação isolada, de responsabilidade individual de pessoas ligadas a essas empresas. Embora alguns desses contratos estejam em vigor há quase dois anos, a comissão técnica não enviou suas conclusões aos foros competentes da empresa.

Crise global reduz emissão de CO2 (O Estado de S. Paulo) 07/10/09

Retração da atividade econômica fará emissões de CO₂ caírem 3% em 2009, primeira redução em 40 anos

Jamil Chade, CORRESPONDENTE, GENEBRA

Se a crise financeira quase provocou o caos no mundo e jogou 100 milhões de pessoas para a pobreza, ela pelo menos teve um lado positivo: o mundo registrou a queda nas emissões de CO₂ nos últimos 40 anos. A conclusão é da Agência Internacional de Energia, com sede em Paris. Ainda assim, a queda deve ser rapidamente compensada se políticas ambientais não foram aceleradas.

A AIE estima que o setor de energia terá de investir US\$ 10 trilhões para reduzir emissões e se adaptar em 20 anos. Só o setor do etanol precisará de investimentos de US\$ 400 bilhões. Mas a agência estima que o setor nuclear exigirá um investimento superior ao dos biocombustíveis, inclusive entre os emergentes.

Em 2009, a estimativa é de que as emissões sofram uma queda de 3% por causa da redução dos investimentos globais em tecnologias poluidoras. O impacto foi tão profundo que exigiu que a entidade fizesse uma revisão das emissões de CO₂ em 2020. Com a queda dos últimos 18 meses, a projeção é de que o volume emitido pelo planeta seja 5% abaixo do cálculo inicial.

Para a AIE, a crise é uma chance para modificar o padrão de desenvolvimento do mundo. "Temos uma oportunidade única", afirmou o diretor executivo da AIE, Nobuo Tanaka. Apesar da queda de emissões, a AIE observa que o ganho dos últimos 18 meses pode ser rapidamente desfeito com a volta do crescimento da economia. Se nada for feito, as emissões de CO₂ vão aumentar em 30% até 2030 e, em grande parte, por causa do maior uso de combustível fósseis nos países emergentes. Se isso ocorrer, a concentração de CO₂ na atmosfera seria de mil partes por milhão (ppm) a partir do ano 2050.

METAS

Para que um cenário catastrófico não ocorra, a meta da AIE é de estabilizar as emissões de CO₂ em 450 ppm até 2030. Por esse plano, as economias emergentes continuariam a crescer. Já a temperatura média do planeta não subiria mais de dois graus Celsius. E as emissões relacionadas à geração de energia poderiam aumentar até 6% no mundo até 2020, em comparação aos níveis de 2007. Mas intensidade de emissões de carros teria de cair em 37%.

No total, as emissões teriam de ser reduzidas em 3,8 gigatoneladas até 2020. 1,6 gigatoneladas teriam de ser cortadas nos países ricos. Já a China teria de promover um corte de 1 gigatonelada. Para a AIE, isso demonstra o papel central que a China terá no futuro ambiental.

Pelo plano, os países ricos teriam de reduzir em 17% suas emissões até 2020, com um corte nas emissões de carros em 39%. Nos Estados Unidos, a redução de emissões da produção de energia seria de 18%, ante uma queda dos veículos de 41%, a maior do mundo. Para a Europa, as exigências também são altas. A queda de emissões da produção de energia seria de 20%, ante 37% dos veículos.

A AIE admite que os países emergentes continuem a aumentar suas emissões. Em 2030, elas seriam 14% acima das taxas de 2007. Mas os veículos nas economias emergentes também terão de sofrer uma transformação e criar 38% menos poluentes.

A AIE destaca a situação da China que, até 2030, terá um aumento de 38% na emissão de CO2 em atividades relacionadas à produção de energia. Mas terá de cortar em 42% a intensidade de emissões de carros.

INVESTIMENTOS

No total, o setor de energia terá de investir US\$ 10,5 trilhões em novas tecnologias e redução de emissões até 2030 para que a temperatura mundial suba em apenas dois graus Celsius. 30% desse investimento terá de ser feito nos países emergentes.

O volume será equivalente a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial em 2020, subindo para 1,1% do PIB em 2020. Mas a economia nos gastos de combustíveis somará US\$ 8,6 trilhões entre 2009 e 2030.

O segmento do etanol seria uma das apostas para atingir a meta de 450 ppm em 2020. Segundo a AIE, novas instalações para a expansão do etanol consumirá US\$ 400 bilhões em 20 anos. US\$ 230 bilhões serão gastos nos países ricos e US\$ 127 bilhões apenas nos EUA. Já o investimento em etanol nos países emergentes chegaria a US\$ 56 bilhões em 20 anos.

Esses investimentos permitiriam que, em 2030, 12% dos carros do mundo fossem movidos a etanol. Porém, 80% ainda dependeriam da gasolina, ante 8% de gás natural e eletricidade.

Nos países ricos, carros movidos a biocombustíveis serão 14% da frota. Nos Estados Unidos, a frota chegará a 19,8%, ante apenas 11% nos emergentes.

Os investimentos em etanol, no entanto, serão inferiores ao que a AIE estima que será necessário na área nuclear, com US\$ 520 bilhões até 2030. Desse total, US\$ 132 bilhões de investimentos terão de ocorrer nos países emergentes.

Cemig pretende fechar compra de controle da Light ainda este mês (Valor Econômico) 07/10/09

César Felício, de Belo Horizonte

A Cemig pretende usar a mesma modelagem adotada para a compra da operação brasileira da estatal italiana de transmissão de energia Terna - cuja solenidade de venda ocorreu ontem em Roma, com a presença do governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB) - para tentar adquirir o controle acionário da distribuidora de energia Light, que atende a 70% do mercado fluminense.

Segundo o diretor de gestão empresarial da empresa mineira, Marco Antonio Rodrigues da Cunha, a Cemig pretende concluir o negócio ainda este mês e só falta finalizar as conversações sobre o preço da transação para a compra das participações da Andrade Gutierrez e do Banco Pactual no consórcio Rio Minas Energia. O consórcio detém a maioria do capital na Light.

"Pretendemos atuar em parceria, mas, em última instância, a Cemig já está comprometida com a ideia de comprar as outras partes. Temos os recursos necessários", garante o diretor da estatal. Na modelagem para a aquisição da Terna, a Cemig montou um fundo, o Coliseu, que atualmente está em fase de captação de recursos.

As negociações para o aumento da participação da Cemig no capital da Light ocorrem ao mesmo tempo em que a Andrade Gutierrez articula a compra das ações do consórcio Southern Electric Brasil (SEB), no capital da própria Cemig.

O SEB detém 33% do capital da estatal mineira e é controlado pelo grupo americano AES. "Os dois fatos são distintos e não devem ser relacionados. Mas é correto o raciocínio de que, uma vez no capital da Cemig, a Andrade Gutierrez eventualmente teria interesse em sair do capital da Light", comentou Cunha.

Para a transação entre a Andrade Gutierrez e a AES ser concretizada, é preciso a concordância do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que tornou-se sócio da empresa americana em parte de seus investimentos no Brasil, como resultado de um acordo para sanar uma dívida da multinacional com o agente financeiro do governo brasileiro. Cunha admitiu que o aval do BNDES torna a operação menos simples. "Existindo um terceiro (o BNDES), evidentemente a transação se torna mais complexa", afirmou.

Ontem, Aécio afirmou que a compra da Terna acelerará o processo de aquisições no Brasil. "Nós ultimamos entendimentos que farão com que os ativos de transmissão da Terna no Brasil, passem à propriedade da Cemig ainda este mês. A Aneel já deu a sua autorização final. A partir de amanhã (hoje) deve ser convocada assembleia da Terna no Brasil. Isso valoriza a Cemig do ponto de vista estratégico, valoriza as suas ações e permite que ela continue buscando novas aquisições tanto no campo de geração quanto no campo de transmissão", afirmou o governador, segundo sua assessoria de imprensa.

Cartel é multado (Valor Econômico) 07/10/09

A Alstom, a Areva, a Toshiba e a Hitachi serão multadas pela União Europeia (UE) por terem dividido entre si os mercados europeu e japonês de transformadores de energia elétrica, disseram quatro pessoas com conhecimento do processo. A Comissão Europeia aplicará a penalidade a essas empresas e a outras hoje, disseram essas pessoas, que não podem ter seus nomes divulgados porque a minuta da decisão não foi tornada pública, informou a Bloomberg.

Energia: Deputados estaduais de Rondônia apuram irregularidades e pedem suspensão das obras

Jirau corre novo risco de paralisação (Valor Econômico) 07/10/09

Josette Goulart, de São Paulo

Os problemas decorrentes da alteração do eixo de construção da usina hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, parecem não ter acabado, mesmo depois de quatro meses da emissão da licença de instalação pelo Ibama. Os sócios na concessionária Energia Sustentável do Brasil, controlada pela Suez, terão agora de enfrentar a Assembleia Legislativa de Rondônia, que pede a suspensão das obras ao governador Ivo Cassol, sem partido. A usina tem cerca de três mil megawatts de potência e novos atrasos podem significar problemas na oferta de energia no país para 2012 e prejuízos para os sócios, que hoje já têm de cortar todo tipo de custo para sustentar o preço fechado em leilão.

Além de terem pedido ontem a suspensão das obras, os deputados estaduais abriram uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar problemas na usina. Neste ano, a construção já foi paralisada três vezes. Duas delas em função de greve dos funcionários da Camargo Corrêa e outra por falta de licença ambiental. Esta última só teve andamento depois de um acordo entre governos federal e estadual em torno da desocupação que seria promovida na floresta nacional do Bom Futuro e afetaria fazendeiros e madeireiras da região. E esse é, mais uma vez, o pano de fundo desse imbróglis político em torno da usina de Jirau.

Os deputados alegam existir diversas irregularidades no projeto, entre elas o fato de que a obra da usina começou sem uma lei estadual que lhe desse permissão para alterar o patrimônio histórico, ferindo assim a constituição estadual. A usina vai inundar parte da estrada de ferro Madeira-Mamoré, segundo os deputados. O deputado Jidalias da Silva (PP-RO), que está à frente desse processo, diz que quando a Assembleia aprovou a lei para a construção das duas usinas, de Jirau e Santo Antônio, o fez com base no projeto original. Nesse projeto, a usina de Jirau ficava na cachoeira de mesmo nome e seria construída cerca de dez quilômetros rio acima de onde está sendo de fato construída. Mas foi essa alteração que permitiu o preço agressivo no leilão, inferior a R\$ 72 o megawatt hora.

A mudança do eixo foi aceita pelo governo federal e referendada pelo Ibama com a concessão do licenciamento em junho deste ano. O detalhe é que, ao se mudar o eixo, mudou a região a ser alagada. Foi aí que os problemas políticos de Jirau começaram, pois uma das áreas que será afetada é uma reserva estadual, a do Rio Vermelho.

Por atingir esse parque, o governo do estado passou a ter poder sobre a questão do licenciamento da usina. E o governador Ivo Cassol tem sido hábil em usar esse poder. As obras de Jirau ficaram mais de 20 dias paradas entre maio e junho porque o Ibama, sem a anuência do governo estadual, não pôde liberar a licença definitiva. Além de exigir compensações financeiras maiores, o governo de Cassol negociou ainda uma espécie de permuta com o governo

federal. Para dar seu consentimento à construção de Jirau, o Estado ficaria com a floresta do Bom Futuro e em troca Rondônia cederia a reserva estadual para a construção de Jirau.

Esse acordo ficou apenas na palavra, já que nenhum papel foi assinado. E o que acontece é que o governo federal apenas adiou a retirada das pessoas da região, segundo informações de fontes do governo do Estado. Além disso, o Instituto Chico Mendes, órgão do governo responsável pelas florestas nacionais, continua fiscalizando e multando as serrarias instaladas na floresta, segundo informações da assessoria de imprensa do instituto. A concessionária Energia Sustentável informou que não iria se pronunciar sobre o assunto.

SHV amplia produção e melhora distribuição (Valor Econômico) 07/10/09

Rafael Rosas, do Rio

A SHV Gás Brasil, controladora da Supergasbrás e da Minasgás, planeja ampliar a liderança no mercado nacional de Gás Liquefeito de Petróleo (Gás LP) com a expansão da unidade de engarrafamento de Duque de Caxias, na região metropolitana do Rio de Janeiro, e com a adoção de um novo sistema de distribuição. Detentora de 23,5% do mercado brasileiro, com vendas anuais de 1,6 milhão de toneladas, e 17 parques engarrafadores, a empresa investirá R\$ 40 milhões nos dois projetos.

Embora não fixe uma meta de ganho de mercado, a SHV investiu R\$ 20 milhões no Brasil, quinto maior mercado do mundo para o GLP, para implantar um sistema desenvolvido em parceria com a dinamarquesa Kosan Crisplant, que vai elevar a capacidade de produção mensal em Duque de Caxias dos atuais 1 milhão de botijões para 1,5 milhão de botijões.

O presidente da SHV no país, Lauro Cotta, explica que o novo sistema é monitorado eletronicamente, capaz de dosar a capacidade de produção e de testar os botijões de 13 quilos, variando a produção entre 2 mil e 4 mil vasilhames envasados por hora. A empresa aproveita a abertura do Fórum Mundial de GLP, hoje no Rio, para inaugurar a unidade reformada, embora as operações no novo sistema comecem em março.

"Queremos mostrar que a empresa líder aposta na operação no Brasil, que é o quinto mercado do mundo e já foi referência mundial no sistema de distribuição de GLP", diz Cotta.

A SHV investirá outros R\$ 20 milhões para implantar a entrega dos botijões nas residências. A expectativa é que sejam gerados 2 mil empregos nas empresas controladas pela holding holandesa para suprir as necessidades de logística de um sistema de entrega residencial de encomendas.

Aneel deve aprovar projeto básico de Belo Monte em até duas semanas (Valor Econômico) 07/10/09

BRASÍLIA - Em cerca de duas semanas a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve aprovar o projeto básico da Usina de Belo Monte. A expectativa é do presidente da Aneel, Nelson Hubner, que participou hoje de audiência na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Tarifas de Energia Elétrica na Câmara dos Deputados.

"Eu não conversei com a minha equipe ainda, mas acredito que em uma semana ou no máximo duas nós podemos aprovar, porque já está tudo pronto", afirmou.

Para aprovar o projeto básico, a agência irá comparar as informações prestadas pela Eletrobrás no estudo de viabilidade, com as informações sobre a vazão do Rio Xingu, divulgadas ontem pela Agência Nacional de Águas (ANA) no documento que autorizou a utilização dos recursos hídricos para a usina.

"Se estiver tudo certo nós aprovamos logo. Se não, tem que fazer os acertos", afirmou Hubner.

A aprovação do projeto básico da usina é uma das medidas solicitadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para a liberação da licença prévia, que permitirá o leilão de Belo Monte.

Petrobras nega intenção de alterar contratos com Bolívia (Valor Econômico) 07/10/09

RIO - As compras das indústrias, o aumento do despacho termelétrico e o fim dos testes nos terminais de regaseificação (GNL) contribuíram para elevar a média diária de gás boliviano comprado pela Petrobras nos sete primeiros dias de outubro. No período, a média atingiu 24,3 milhões de metros cúbicos diários, com pico de 26,5 milhões de metros cúbicos no dia 3. No mês passado, a média diária foi de 20,4 milhões.

O contrato fechado com a Bolívia prevê a compra de até 30 milhões de metros cúbicos diários, com o mínimo de 19 milhões de metros cúbicos por dia. O gerente executivo de marketing e comercialização da área de gás e energia da Petrobras, Antonio Eduardo Monteiro de Castro, ressaltou que a companhia não solicitou e não está negociando com o governo boliviano uma alteração no contrato de fornecimento de gás.

Castro ressaltou que o mercado industrial aumenta constantemente o volume de gás comprado desde maio e revelou que houve um aumento do despacho de térmicas a gás na primeira semana do mês.

"O mercado industrial, não termelétrico, foi, na primeira semana de outubro, maior que setembro. Ele vem crescendo, desde maio, de forma consistente", destacou.

Além disso, no mês passado a companhia importou gás natural liquefeito (GNL) para testar os terminais de regaseificação, o que contribuiu para reduzir a necessidade de fornecimento por parte dos bolivianos. Com o fim dos testes, a empresa voltou a aumentar os volumes trazidos do país vizinho.

"Não há nenhuma negociação em andamento, nem nenhuma solicitação da Petrobras para alterações no contrato de gás com a Bolívia", assegurou Castro.

(Rafael Rosas | Valor)

Câmara muda regras de subsídio a termelétricas (Valor Econômico) 07/10/09

A Câmara dos Deputados aprovou ontem à noite a Medida Provisória 466, que muda as regras do subsídio concedido à geração de energia por termelétricas nos Estados da Região Norte. Por ela, ficará definido o processo de integração das áreas isoladas para o sistema interligado nacional. Conforme o texto enviado ao Congresso, as usinas poderão incluir despesas com investimentos e fornecimento de energia para regiões remotas no custo global da energia gerada. Pela norma, consumidores antes segregados do sistema interligado poderão passar a negociar no mercado livre e as geradoras e distribuidoras a participarem de leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Atualmente existem 277 sistemas isolados na Região Norte, atendendo apenas 3% do consumo de energia elétrica do país. Esses sistemas atendem uma área que corresponde a 45% do território nacional, principalmente na região amazônica. Nesses locais, a energia é produzida por termelétricas a óleo diesel e óleo combustível, mais caras e poluidoras. A meta do governo é conectar todos esses mercados à rede de transmissão nacional.

Entre os destaques ao texto original apresentados por parlamentares, foi rejeitada a proposta do PMDB de retirar permissão concedida às usinas para incluírem no custo da energia despesas com transporte de combustível e com o pagamento da reserva de capacidade. Foi aprovado destaque do PP para retirar do texto a garantia, com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), dada às empresas que migrarem dos sistemas isolados para o sistema interligado.

Em ponto que pode significar uma boa quantia no caixa de Estados e municípios, o plenário rejeitou proposta de emenda do DEM que determinava ao Tesouro fazer o ressarcimento pela perda de arrecadação do ICMS devido à diminuição do uso de combustível pelas termelétricas.

O plenário também votou pela manutenção da regra de licitação para explorar as linhas de transmissão de energia internacional outorgadas a partir de 2011 e do repasse aos consumidores, via distribuidoras, da diferença entre a tarifa da energia gerada pelas usinas nucleares de Angra 1 e Angra 2 e que será calculada pela Aneel, com base em atualização pelo IPCA do preço praticado em dezembro de 2004.

Segundo modificação do texto pelo relator João Carlos Bacelar (PR-BA), o custo da energia das nucleares poderá ser rateado entre todas as distribuidoras do sistema interligado a partir de 2013. (Com agências de notícias)

(Danilo Fariello | Valor Econômico)

Órgão cobra US\$ 200 bi para eficiência energética (Valor Econômico) 07/10/09

Assis Moreira, de Genebra

Os países em desenvolvimento precisarão fazer investimentos adicionais de US\$ 200 bilhões em 2020 para melhorar a eficiência energética em suas indústrias, na construção, no uso de energia limpa e na nova geração de veículos híbridos e elétricos.

A estimativa é da Agência Internacional de Energia (AIE), antecipando conclusões de um relatório que vai divulgar em novembro sobre transformações no setor de energia e consequências financeiras sob um acordo de combate à mudança climática.

Em 2020, o setor energético na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, grupo de países ricos) precisará investir US\$ 215 bilhões a mais, além de ter de ajudar os países em desenvolvimento. Mas os benefícios com poupança energética, redução da importação de combustível e qualidade do ar compensarão em muito os custos adicionais, diz a entidade sediada em Paris.

Para alcançar essa "revolução energética", diz a AIE, o aumento de investimentos necessários é de US\$ 10 trilhões entre 2010 e 2030 no setor, equivalente a 0,5% do PIB global em 2020 e aumentando para 1,1% do PIB em 2030.

Mas somente a economia que ocorrerá no uso de combustíveis na indústria, transportes e em construção poderá chegar a US\$ 8,6 trilhões entre hoje e 2030, quase similar aos investimentos adicionais nesses setores.

A AIE confirma que a crise financeira e econômica tem tido um impacto considerável no setor energético globalmente. Investimentos em tecnologias ambientais foram adiados. Além disso, as emissões de carbono estão caindo este ano em até 3%, mais do que qualquer tempo nos últimos 40 anos, já que a produção caiu. Na prática, a crise global está conduzindo a uma redução de emissões de 5% até 2020, mais do que o estimado, mesmo na ausência de políticas adicionais para combater o problema.

Para a AIE, a crise global "criou oportunidade" para colocar o sistema energético mundial na trajetória de estabilização das emissões de gases de efeito estufa, que provocam o aquecimento do planeta, em linha com um aumento da temperatura de 2°C.

O diretor-executivo da AIE, Nobuo Tanaka, apresentou ontem as conclusões numa conferência climática em Bancoc, na Tailândia, preparatória para a CoP-15, a grande reunião do clima que ocorrerá em dezembro. Ele alertou que se o mundo continuar com a mesma política energética e climática de hoje, as consequências para o clima serão severas. "A energia está no centro do problema", afirmou.

Para a agência, a China está tendo um papel de liderança no combate à mudança climática.

Mais no site www.iea.org

Ministros convencem governistas a defender Petrobras como operadora única (Valor Econômico) 07/10/09

Arnaldo Galvão e Paulo Victor Braga, de Brasília

Edison Lobão: "Ela [Petrobras] conseguiu todo o êxito que temos"

Uma equipe interministerial de juristas convenceu os deputados Arlindo Chinaglia (PT-SP) e Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) de que a Constituição e a jurisprudência do Supremo Tribunal federal (STF) autorizam a Petrobras a ser a única operadora do pré-sal. Segundo o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, os dois parlamentares tinham "certa insegurança" sobre o assunto, mas saíram "tranquilos" de reunião realizada na manhã de ontem, em Brasília. Chinaglia preside a comissão especial que analisa o projeto de partilha das riquezas do pré-sal e Alves é o relator.

Para Lobão, que participou ontem à tarde de audiência da comissão especial que analisa a criação da Petro-sal, não há razão para impedir que a Petrobras seja a operadora única. Ele argumentou que, atualmente, a empresa já é a operadora em aproximadamente 80% dos campos de petróleo licitados no regime de concessão. "Ela [Petrobras]

conseguiu todo o êxito que temos. Somos autossuficientes graças a ela, que tem atuação em mais de 22% dos campos do mundo. Portanto, não se diga que ela não tem condição de ser a operadora do pré-sal", afirmou.

Chinaglia disse ao Valor que Alves vem sendo questionado por deputados que julgam polêmica a contratação direta da Petrobras pela União, sem licitação, possibilidade que consta do projeto enviado pelo governo. Apesar dessa dúvida, ele disse que as explicações dadas por juristas de várias áreas do governo foram "consistentes". "A garantia constitucional é a de que se trata de um monopólio com características diferentes das aplicadas ao regime da mineração", explicou.

Lobão revelou ontem que o governo terá de escolher outro nome para a empresa - batizada de Petro-sal - que vai administrar os contratos de partilha e comercialização de petróleo e gás natural. Citou sugestões apresentadas na Câmara, como Petromar, Petrosal do Brasil, Petrobras-Sal e Petrobrasil, mas explicou que terá de ser feita consulta ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) para não se cometer novo equívoco - a marca Petro-sal já havia sido registrada por um empresário. A palavra final será do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

De acordo com Lobão, representantes do governo perderam contato com o empresário dono da marca Petro-sal. "Fizemos uma tentativa inicial apelando ao patriotismo, mas reconhecemos o direito dele de ceder ou não o título."

Ao participar de audiência pública sobre o projeto de partilha das riquezas do pré-sal, o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, revelou que a primeira turma de funcionários da Petro-sal será formada por aposentados da Petrobras. "Eles têm o conhecimento necessário para exercer essa função e o mercado não está pronto para fornecer funcionários em um primeiro momento", explicou.

Lobão também disse ser impossível que a Petro-sal seja transformada em reduto político do PMDB do Maranhão. Prometeu que serão escolhidos apenas os melhores nomes, sem discriminação. "Criticavam Getúlio Vargas por escolher muitos gaúchos para o governo. Ele respondia que, realmente, eram do Rio Grande do Sul, mas eram os melhores. Se o Maranhão tiver os melhores, vamos escolher os maranhenses", ironizou.

O ministro garantiu que os projetos do pré-sal não significam uma nova estatização da economia. Ele explicou que o objetivo da União é apenas apropriar-se da riqueza - hoje, pelo regime de concessão, a maior parte dos recursos do petróleo fica com as empresas. Sobre o regime de partilha, afirmou que esse é o modelo usado por 80% dos países produtores de petróleo e se adapta às maiores concentrações de riqueza ou "áreas generosas". Onde há maior risco exploratório, explicou o prêmio para o investidor tem de ser maior e, para isso, existe o regime de concessão. Outra preocupação do governo, segundo Lobão, é gerar empregos no Brasil.

Gabrielli defendeu a Petrobras como operadora única nos campos do pré-sal. Disse que a Lei 9.478, de 1998, não foi a responsável pelo aumento de produção de petróleo ocorrida de lá para cá. A lei abriu o mercado brasileiro para empresas internacionais, mas, segundo ele, o aumento da produção se deu por causa de poços que já haviam sido descobertos antes da quebra do monopólio estatal. "Não posso dizer que a lei em vigor é ruim, mas estamos em um momento econômico muito diferente do que estávamos em 1997", comentou, ressaltando que o Brasil deixou de ser importador e passou a exportar petróleo.

Esse salto na produção, para Gabrielli, teve como único motivo o trabalho da empresa. Na interpretação dele, é um equívoco atribuir essa evolução à competição gerada pelas empresas privadas que ingressaram no mercado brasileiro.

2010: Educação e ciência e tecnologia são as prioridades de grupo que conta com Palocci, Carvalho, Berzoini e Pietá

Garcia coordenará programa de Dilma (Valor Econômico) 07/10/09

Paulo de Tarso Lyra, de Brasília

O PT criou o grupo que dará as diretrizes gerais do programa de governo para a campanha da ministra Dilma Rousseff a presidente da República. Coordenado pelo assessor especial da Presidência para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, a comissão será responsável por definir a plataforma política da candidata, organizar o diálogo com os movimentos sociais e os partidos aliados. Alguns temas já estão definidos: política social, educação, investimentos em ciência e tecnologia e preocupações com os recursos ambientais, como a água, por exemplo. Além de Garcia, fazem parte do grupo o presidente do PT, Ricardo Berzoini, o assessor pessoal do presidente da República, Gilberto Carvalho, o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci e o ex-prefeito de Guarulhos Elói Pietá.

O marqueteiro João Santana, responsável pela campanha de reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2006, também está assessorando a candidata e programando pesquisas qualitativas junto ao eleitorado. Segundo um integrante do

Diretório Nacional do PT, o grande desafio será dar forma ao discurso de Dilma no palanque. "Ela não pode ser apenas a mãe do PAC. Isto é muito pouco. O governo Lula é muito mais do que isto", declarou um dirigente do partido.

Até o momento, a pré-campanha está apoiada nos avanços obtidos nos oito anos do governo Lula. O desafio é avançar. "Quando Dilma subir no palanque, o que ela vai dizer? O que ela vai trazer além do que já fizemos?", questiona um petista.

A educação, principalmente o ensino fundamental, está nesta nova diretriz. Existe a avaliação interna de que todas as conquistas recentes, como a inauguração de escolas técnicas, universidades e extensões de campi precisam ser atrelados à figura da chefe da Casa Civil.

Articuladores do partido desprezam a avaliação de que um discurso voltado para educação não empolga o eleitorado. Citam como exemplo o Prouni, que atende 500 mil jovens carentes matriculados em universidades particulares de todo o país. "Discursar para este público é falar diretamente com um grupo que tem um poder de mobilização política enorme", defende um parlamentar.

Dirigentes também se debruçam sobre os investimentos em ciência e tecnologia. Nos últimos anos, por esforço próprio do setor acadêmico, cresceu a produção e publicação de textos científicos brasileiros em revistas especializadas internacionais. Vencida a tarefa de estabilizar a economia e apontar os rumos do crescimento econômico, chegou a hora de apostar no conhecimento "para que o país possa dar um salto qualitativo", na avaliação de um integrante do comando de campanha.

Lula antecipou estas diretrizes, ao incluir os dois setores dentre aqueles beneficiados pelos recursos do pré-sal. "Mas o pré-sal começa a gerar divisas apenas em 2016. Precisamos ter uma política clara para estes setores, com fontes de financiamento efetivas", defendeu o dirigente.

Falta ainda a elaboração de uma política ambiental e de unificação dos diversos programas sociais. Estes dois últimos ainda estão em fase embrionária. Há cerca de dois meses, Lula, em reunião com aliados próximos, disse que "era preciso dar um discurso social para Dilma". Surgiu lá a ideia de consolidar todos os programas de governo em uma lei única. Na área ambiental, o foco será a água. "Por diversas razões: temos a maior matriz de energia limpa do mundo, o pré-sal e uma costa marítima a ser defendida, o que requer a compra de navios e submarinos nucleares", justificou o petista.

Ontem, ao chegar a um jantar com o PDT - o primeiro com partidos aliados do governo Lula -, Dilma disse que a base deve ter uma única candidatura. A tese é defendida pelo presidente, mas enfrenta resistências no PSB, que pretende lançar a candidatura do deputado Ciro Gomes (PSB-CE). Para Dilma, Lula precisa eleger o seu sucessor para assegurar a continuidade das conquistas dos últimos oito anos.

A ministra teve o cuidado de não afirmar que ela deve ser a única candidata. A tarefa coube ao ministro do Trabalho, Carlos Lupi, e ao deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força (SP).

Energia: Estudo preliminar é do grupo de trabalho que debate o vencimento das concessões do setor elétrico

Relatório sugere prorrogação de licença de concessionárias (Valor Econômico) 07/10/09

Danilo Fariello, de Brasília

Ricardo Lima, presidente da Abrace: "Mercado livre está em risco pela falta de condições de expansão por conta da indefinição"

O corpo técnico-econômico do grupo de trabalho que debate o vencimento das concessões do setor elétrico no Ministério de Minas e Energia já tem um relatório preliminar sobre a questão. Ele reúne os prós e contras das decisões de prorrogar as licenças atuais para geradoras, transmissoras e distribuidoras ou de fazer uma nova rodada de licitações. Embora não seja conclusivo, por conta das incertezas jurídicas, o texto aponta para a solução por prorrogações condicionadas das licenças existentes que começam a vencer em 2015. A ideia é permitir que as atuais empresas concessionárias permaneçam em seus postos, mantendo a exploração dos serviços, mas dentro da nova visão do governo federal, de modicidade tarifária e captura de renda das empresas.

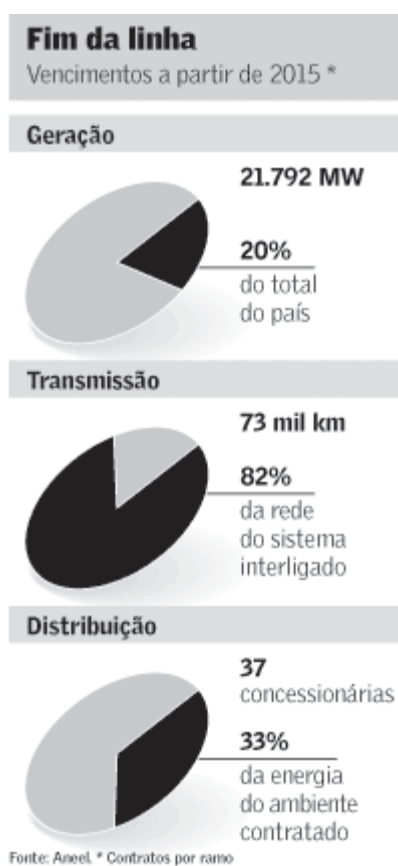
Já em 2015 vence grande parte das concessões do setor, porque se encerra o período de 20 anos desde a Lei 9.074/95, que previa o prazo para contratos vencidos ou de período indeterminado. A partir de 2015 termina o período de

concessão de 20% do parque gerador do país, 82% do sistema de transmissão do sistema interligado e um terço dos acordos de distribuição. Isso cria incertezas no mercado, evitando investimentos e dificultando previsões.

A ala jurídica do grupo de trabalho criado pelo ministério no ano passado, porém, ainda discute quais os riscos de questionamento de cada proposta. Desde março deste ano o grupo não se reúne, porque o governo teria dedicado mais esforços à definição do marco regulatório do pré-sal. Mas parlamentares e entidades do setor privado pressionam por uma resolução para breve. Apesar de haver projetos de lei sobre o assunto em tramitação no Congresso, o governo deverá sugerir outro texto, segundo Mauro Henrique Moreira Sousa, consultor jurídico do Ministério de Minas e Energia. Segundo ele, o grupo deverá encaminhar suas conclusões ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e ao Congresso para votação.

A indefinição tem base em um conflito legal entre a Lei 9.074 e a Constituição Federal. Pela lei, esses contratos poderiam ser renovados por mais 20 anos. Mas a Constituição prevê que o poder público deve prestar um serviço público diretamente ou por meio de concessão ou permissão, sempre através de licitação. Agentes do setor debateram uma saída para essa situação ontem, no seminário Relicitação ou Prorrogação das Concessões do Setor Elétrico, na Câmara dos Deputados, realização do Valor em parceria com a Comissão de Minas e Energia.

Segundo Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ligada ao governo, ambas as saídas, de prorrogação das concessões ou de novas licitações, têm prós e contras econômicos e jurídicos. "A situação contratual de cada concessão é diferente, dependendo da data em que foi feita", disse ele, referindo-se às mudanças legais nos últimos 20 anos. "É difícil desenrolar esse novelo." Porém, para Hélio Neves Guerra, superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), não há obstáculos intransponíveis para se resolver o fim das concessões.



Uma solução para a renovação das licenças seria a privatização de concessionárias estatais, mas Mauro Sousa afirma que a possibilidade não foi debatida no ministério.

Mesmo que o governo apresente ao Congresso e aprove projeto de lei prevendo expressamente a prorrogação das concessões, ainda haveria riscos jurídicos, observou André Serrão Borges de Sampaio, do escritório Serrão Advogados. Para David Waltenberg, do escritório Advocacia Waltenberg, a solução do caso dependerá de grandes esforços jurídicos

e legislativos. "Se a opção for pela prorrogação agora, é imprescindível definir uma previsão de como será essa revisão no futuro, para que não passemos novamente por isso."

A falta de definição sobre o tema tem implicado diversos prejuízos ao mercado. Presentes no evento, agentes do setor declararam suas dificuldades perante a situação. Segundo Ricardo Lima, presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), "o mercado livre está em risco pela falta de condições de expansão por conta da indefinição". Como não têm garantia de que continuarão a operar, as geradoras têm restrições quanto a firmar contratos de longo prazo com esses consumidores. A Abrace defende a prorrogação das concessões, assim como a associação das geradoras, a Abrage.

Participante do grupo de análise do tema, Tolmasquim apresentou no seminário de ontem alguns dos fatores positivos e negativos do processo de relicitação. "Quem ganhar a nova licitação receberá ativos, mas não a empresa existente, seus funcionários e demais passivos", disse. Na sua visão, as novas licitações poderiam também desviar recursos de investidores que poderiam aplicá-los na expansão do sistema. Como vantagem ao processo de licitações, porém, Tolmasquim citou a transparência e a possibilidade de reorganização do sistema, com eventual exclusão de empresas em situação financeira ruim ou tarifas altas demais.

Energia: Mineradora negocia adesão a consórcio que reuniria CPFL, Neoenergia e grupo Suez

Vale estuda entrar em Belo Monte (Valor Econômico) 07/10/09

Chico Santos e Vera Saavedra Durão, do Rio

A Vale está negociando a formação de um consórcio que seria integrado também Suez, CPFL e Neoenergia para disputar a hidrelétrica Belo Monte, no Pará. Até agora, como apurou o Valor, ainda não há acerto firme, mas as conversas e entendimentos estão em fase adiantada. O projeto é muito grande e há necessidade de conjugar esforço para torná-lo viável, disse Maurício Bähr, presidente do conselho de administração da Suez Energy Latin America que controla os ativos do grupo franco belga GDF Suez, na região.

A provável entrada da Vale reforçaria o futuro consórcio do grupo Suez que, pelo rumo atual das negociações, deve entrar na briga contra um outro liderado pela Odebrecht. O grupo baiano já disse que pretende participar do leilão, "desde que as condições oferecidas pelo governo sejam mais atraentes que as anunciadas até o momento", disse Sérgio Bourroul, assessor de comunicação da Odebrecht. Segundo ele, o que a construtora considera condições pouco atraentes é basicamente a informação recente "de um limite de um custo de R\$ 16 bilhões para a construção da usina. Os estudos apontam para cerca de R\$ 30 bilhões". Este custo foi estimado, segundo ele, por um consórcio formado por Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Odebrecht.

Há algum tempo, a Vale manifestou interesse por Belo Monte principalmente por causa dos negócios de alumínio que toca na região e que demandam muita energia, como Albrás e Alunorte. A mineradora tem interesse na energia para consumo próprio e por isso só pode ter no máximo 20% do consórcio. Hoje, a Vale responde por cerca de 4% da energia consumida no país. Como a geração firme de Belo Monte, calculada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), deve ser de 4,6 mil MW médios, ela poderia utilizar 920 MW.

"O grupo Suez está fazendo estudos topográficos para estimar o valor do projeto", disse Bahr, mencionando que a diferença entre o valor da EPE e o das construtoras (R\$ 30 bilhões) é de R\$ 16 bilhões. "A diferença de avaliação é muito grande". Bähr confirmou conversas com Neoenergia e CPF para possível associação. Observou, no entanto, não há ainda nada fechado. Segundo ele, a licitação do projeto está na dependência da licença prévia a ser dada pelo Ibama, órgão federal de Meio Ambiente.

A EPE pretende levar Belo Monte a leilão ainda este ano, segundo disse ontem seu presidente, Maurício Tolmasquim. A empresa está certa de que haverá disputa pela execução e operação do projeto. Embora a licença do Ibama seja condição básica para que o leilão ocorra, ela não é impeditivo para a publicação do edital de licitação, a ser feito pelo menos 30 dias antes da data a ser fixada para a disputa.

O governo tem no momento duas urgências antes da licença prévia. A primeira é a manifestação do Tribunal de Contas da União sobre a documentação enviada dois meses atrás pela EPE sobre a construção da usina e da forma de licitação. Sem a anuência do TCU o processo não tem como ir adiante. A segunda é a Declaração de Recurso de Disponibilidade Hídrica a ser emitida pela Agência Nacional de Águas. Somente de posse dessa declaração será possível precisar qual será a energia firme da usina do rio Xingu.

O governo disse que a Eletrobrás pretende ter até 49% do investimento da hidrelétrica. Belo Monte potência para gerar 11 mil MW, mas deve gerar metade disso por ser uma usina sem reservatório.

Petrobras nega intenção de alterar contratos com Bolívia (Valor Econômico) 07/10/09

RIO - As compras das indústrias, o aumento do despacho termelétrico e o fim dos testes nos terminais de regaseificação (GNL) contribuíram para elevar a média diária de gás boliviano comprado pela Petrobras nos sete primeiros dias de outubro. No período, a média atingiu 24,3 milhões de metros cúbicos diários, com pico de 26,5 milhões de metros cúbicos no dia 3. No mês passado, a média diária foi de 20,4 milhões.

O contrato fechado com a Bolívia prevê a compra de até 30 milhões de metros cúbicos diários, com o mínimo de 19 milhões de metros cúbicos por dia. O gerente executivo de marketing e comercialização da área de gás e energia da Petrobras, Antonio Eduardo Monteiro de Castro, ressaltou que a companhia não solicitou e não está negociando com o governo boliviano uma alteração no contrato de fornecimento de gás.

Castro ressaltou que o mercado industrial aumenta constantemente o volume de gás comprado desde maio e revelou que houve um aumento do despacho de térmicas a gás na primeira semana do mês.

"O mercado industrial, não termelétrico, foi, na primeira semana de outubro, maior que setembro. Ele vem crescendo, desde maio, de forma consistente", destacou.

Além disso, no mês passado a companhia importou gás natural liquefeito (GNL) para testar os terminais de regaseificação, o que contribuiu para reduzir a necessidade de fornecimento por parte dos bolivianos. Com o fim dos testes, a empresa voltou a aumentar os volumes trazidos do país vizinho.

"Não há nenhuma negociação em andamento, nem nenhuma solicitação da Petrobras para alterações no contrato de gás com a Bolívia", assegurou Castro.

(Rafael Rosas | Valor)

Belo Monte recebe Declaração de Reserva por Disponibilidade Hídrica (CanalEnergia) 06/10/09

Documento tem validade de três anos, com possibilidade de renovação por igual período
Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

A Agência Nacional das Águas concedeu nesta terça-feira, 6 de outubro, a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica para a hidrelétrica de Belo Monte (PA, 11.233 MW), no Rio Xingu. O documento tem validade de três anos, podendo ser renovado pelo mesmo período, por meio de solicitação da Agência Nacional de Energia Elétrica. De acordo com a ANA, as condições de operação incluem a manutenção de um hidrograma de vazões a serem mantidas na Volta Grande do Xingu, além de vazões mínimas que deverão circular pelos reservatórios a serem construídos, para manutenção de condições adequadas de qualidade da água nestes reservatórios.

O empreendedor que receber futuramente a concessão deverá atender aos projetos básicos do aproveitamento hidrelétrico, do novo sistema de coleta e tratamento de esgotos da sede urbana de Altamira (PA), o novo sistema de captação de água para abastecimento de água do município paraense, do mecanismo de transposição para os barcos existentes na região. Entre as condicionantes serão exigidas ainda o detalhamento do estudo de assoreamento e o programa de recomposição dos balneários da região de Altamira.

MP 466 é aprovada pelo plenário da Câmara dos Deputados (CanalEnergia) 06/10/09

Relator promove o rateio do custo da energia das usinas de Angra entre todo o SIN
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política
06/10/2009

A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta terça-feira, 6 de outubro, o projeto de lei de conversão 16/2009, correspondente a Medida Provisória 466, que institui as regras de transição do Sistema Isolado para o Sistema Interligado Nacional. O deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), relator da MP, apresentou seu parecer. Ele apresentou alterações ao texto original da MP entre as quais está a inclusão das despesas com o transporte do combustível até a unidade de geração e com o pagamento da reserva de capacidade.

Essa reserva é um adicional previsto no contrato com o fornecedor de óleo ou gás para garantir o acesso a quantidades maiores que as contratadas se houver um aumento súbito de demanda por energia. A MP pretende ainda ressarcir os estados, durante a transição, das perdas com a redução da arrecadação de ICMS devido à desativação das térmicas e a interligação dos estados.

Outra modificação feita pelo relator foi em relação à energia gerada pelas usinas nucleares de Angra 1 e Angra 2, o texto determina que, a partir de 1º de janeiro de 2013, ela será rateada entre todas as distribuidoras atuantes no SIN.

O deputado José Anibal (PSDB-SP) condenou a MP 466, afirmando que medida vai elevar o custo da CCC em R\$ 2,5 bilhões. Segundo ele, a conta vai representar de 1,5% a 2% da conta de energia dos consumidores. O PSDB tenta na votação de destaques, que até o fechamento desta reportagem não havia sido encerrada, a exclusão dos consumidores de baixa renda do pagamento da CCC. O governo tenta manter o texto original da MP 466, contras as modificações feitas no PLV 16/2009.

A MP 466 passou a trancar a pauta de votações desde o dia 17 de setembro. Caso não tivesse sido analisada, a MP perderia eficácia a partir do dia 30 de novembro.

Com informações da Agência Câmara.

MPX Energia ON fecha com alta de 3,68% (CanalEnergia) 06/10/09

Cesp PNB encerra em baixa de 1,33%. IEE chega aos 23.039 pontos com alta de 0,45%
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A MPX Energia ON encerrou em alta de 3,68% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta terça-feira, 6 de outubro. O pregão de hoje apresentou outros resultados positivos, como o da Tractebel (2,58%) e o da Coelce PNA (1,34%). A Cesp PNB fechou com baixa de 1,33%, seguida pela Transmissão Paulista PN (-0,66%). A Eletrobrás PNB e a Light ON encerraram o pregão em estabilidade. O IEE alcançou os 23.039 pontos e encerrou em alta de 0,45%. O Ibovespa também fechou em alta, com 0,48%, aos 62.670 pontos.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 0,22%
AES Tietê PN: -0,50%
Celesc PNB: 0,58%
Cemig PN: 0,45%
Cesp PNB: -1,33%
Coelce PNA: 1,34%
Copel PNB: -0,28%
CPFL Energia ON: -0,55%
Eletrobrás PNB: estável
Energias do Brasil ON: 0,99%
Equatorial ON: -0,05%
Light ON: estável
MPX Energia ON: 3,68%
Tractebel ON: 2,58%
Terna Participações UNT: 0,15%
Transmissão Paulista PN: -0,66%

Comerc aprova uso de excedentes em déficits de usinas de mesmo agente (CanalEnergia) 06/10/09

Tema está previsto por metodologia para regras de comercialização 2010, debatida pela comercializadora Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

Em fase de debate na Agência Nacional de Energia Elétrica, a versão 2010 das Regras de Comercialização, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, terá alguns impactos no segmento da biomassa. Um dos pontos que estão em avaliação é o que prevê o uso de excedentes de uma usina para cobrir eventuais déficits de outros empreendimentos controlados por um mesmo agente. E por conta dessa - e outras propostas - a Comerc realizou na última semana um encontro para discutir as propostas de mudanças nas regras. O encontro teve como objetivo analisar os impactos da proposta enviada pela CCEE à Aneel para os geradores de energia à biomassa, de acordo com o responsável por Assuntos Regulatórios e Geração da Comerc Energia, Jean Carlos de Campos Albino.

No evento, foram abordados nove temas principais, com destaque para o ressarcimento por indisponibilidade nos contratos do ambiente regulado, a contratação de energia de reserva, além da comercialização de energia especial. O debate teve como objetivo ajudar os empreendedores a formarem suas estratégias de operação para o próximo ano. Nos leilões de reserva, Albino destaca a possibilidade de transferência de excedentes para usinas de um mesmo dono como um avanço nas regras. "Agora ele [empreendedor] pode usar esse excedente para cobrir o buraco da outra usina que não cumpriu o compromisso. São medidas que diminuem o risco do gerador. Isso pode incentivar [o mercado], desde que o governo faça novos leilões de reserva para biomassa", destacou.

Quanto à energia incentivada, Albino avaliou que a injeção de potência será verificada de forma bastante rigorosa por parte da CCEE, com base na Resolução Normativa 376, da Aneel. O documento estabelece que o agente verificará mês a mês a potência injetada, de modo que não ultrapasse o limite que proporciona o direito de desconto na tarifa de uso, de 30 MW. Albino explicou que anteriormente não havia essa verificação e que, a partir de 2010, a CCEE vai acompanhar se o agente ultrapassa o limite na potência injetada hora a hora. "Se o empreendedor ultrapassar [o limite], vai perder o direito ao desconto naquele mês. Se reincidir, perderá o desconto por um ano. São consequências bastante severas, mas que já representam decisões da Aneel e não cabe mais discutir no campo regulatório", disse.

A metodologia em debate também prevê que empreendimentos deixem de receber pela energia caso não a entregue, segundo proposta da CCEE. Segundo Albino, o conceito original era de que o agente recebia a receita pela energia e depois de um certo período a CCEE verificava se houve ou não a entrega. Caso o agente não entregasse, teria que devolver esse dinheiro recebido indevidamente.

"É um processo não muito consistente, porque está se pagando por uma energia que não foi gerada e está se cobrando de quem paga algo que essa pessoa não está recebendo", avalia. Para ele, a intenção da CCEE é de minimizar o pagamento por parte dos consumidores, a fim de não recolher o encargo para uma energia que não está sendo produzida.

Na avaliação dele, algumas propostas são boas no sentido de melhorar a vida do gerador e diminuir seus riscos, assim como existem propostas que são "dificultadoras". "Foi um mix entre medidas positivas para os geradores e outras medidas um pouco mais rigorosas", definiu. Ele afirmou que a complexidade das regras é crescente. "Estamos evoluindo para um regramento do mercado cada vez mais complexo. E isso pode ser bom para alguns, mas pode ser ruim no sentido de afugentar os potenciais investidores. Mas faz parte da lógica do marco regulatório vigente", avaliou.

Albino acredita que a Comerc deve realizar outros encontros em novembro ou dezembro, após a definição das regras. Ele lembra que a audiência pública vai até o próximo dia 15 de outubro. O executivo contou que a Comerc vai fazer uma reunião com o grupo de bioenergias da Unica que estuda o tema. "Depois da audiência pública e da aprovação das regras, vamos iniciar nova rodada de reuniões com os nossos clientes e outros interessados para apresentar os resultados", acrescentou.

Bandeirante tem reposicionamento tarifário atualizado para -9,79% (CanalEnergia) 06/10/09

Componente Xe do fator X foi estabelecido em 1,01%, ante 1,34% colocados provisoriamente Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Consumidor

A EDP Bandeirante Energia (SP) teve o resultado definitivo da segunda revisão tarifária homologado nesta terça-feira, 6 de outubro, pela diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica. Com a aplicação da metodologia definitiva do ciclo, o reposicionamento tarifário ficou em -9,79%, contra -9,02% fixado anteriormente. Segundo José Guilherme Senna, diretor relator do processo, a mudança no índice de reposicionamento tarifário implicará em ajustes econômico e financeiro a serem considerados no reajuste tarifário da distribuidora deste ano.

Já o componente Xe do fator X foi estabelecido em 1,01%, ante 1,34% colocados provisoriamente. A Aneel colocou os investimentos do quinquênio 2007-2011, que serão considerados no cálculo do Fator X, em R\$ 519,364 milhões. As

perdas não técnicas foram estabelecidas em 5,04% para o período. E as perdas não técnicas deverão recuar de 19,85% para 16,12% no período. A empresa de referência definitiva foi reduzida em 5,97% para R\$ 247,176 milhões. A base de remuneração bruta ficou em R\$ 2,354 bilhões e a base líquida, em R\$ 1,221 bilhão.

Chesf realiza leilão de venda de energia na próxima quinta-feira, 8 (CanalEnergia) 06/10/09

Serão disponibilizados dois produtos com prazo de fornecimento para os meses de setembro e outubro no submercado Nordeste

Da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

A Chesf realiza na próxima quinta-feira, 8 de outubro, leilão de venda de energia. No certame, serão disponibilizados dois produtos com centro de gravidade no submercado Nordeste. Segundo o edital da companhia, o prazo de fornecimento do primeiro produto é de 1º de setembro a 30 de setembro. Já o período de entrega do produto 2 é de 1º de outubro a 31 de outubro. A Chesf definirá ao fim do leilão a quantidade a ser contratada. O termo de adesão deverá ser enviado até o próximo dia 7 às 17 horas pelo fax nº (81) 3229-3707. O certame acontece a partir das 15 horas e o resultado será divulgado até às 16 horas.

SE/CO registra 70,31% de energia armazenada em setembro (CanalEnergia) 06/10/09

Dados do ONS disponíveis no Monitor Energia mostram que volume é superior aos 57,90% verificados no mesmo mês em 2008

Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A energia armazenada em setembro no submercado Sudeste/Centro-Oeste ficou em 70,31%, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico, e que encontram-se disponibilizados no Monitor Energia. Em 2008, a energia armazenada no SE/CO era de 57,90%.

No subsistema Sul, o armazenamento em setembro ficou em 94,41%, contra 53,90% de igual mês em 2008, enquanto no Nordeste, o nível mensal fechou o mês passado com 69,12%, contra 55,10% de setembro do ano passado. Já o submercado Norte verificou percentual de 53,45% de energia armazenada, acima dos 47,30% totalizados no mesmo mês do ano passado.

Consumo de gás para térmicas registra queda de 1,9 milhão de m³ em agosto (CanalEnergia) 06/10/09

Em relação a julho, mercado de gás apresentou queda de 2%, motivado pela redução do consumo na geração de energia elétrica

Da Agência CanalEnergia, Consumidor

O consumo de gás no segmento térmico registrou queda de 1,9 milhão de metros cúbicos diários em agosto. De acordo com boletim de setembro da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, o desempenho foi motivado principalmente pelo desempenho dos estados do Rio de Janeiro, Paraná e Ceará. Em relação a julho, o mercado de gás natural apresentou queda de 2%, motivado pela redução do consumo na geração de energia elétrica, que registrou crescimento no consumo, sobretudo na classe industrial.

De acordo com o boletim, o crescimento do consumo na indústria indica a tendência de retomada gradual da demanda após a crise econômica mundial. O segmento obteve aumento de cerca de 270 mil m³/dia em São Paulo, 250 mil m³/dia no Rio de Janeiro e de 100 mil m³/dia na Bahia.

A oferta de gás nacional ao mercado apresentou leve crescimento em relação ao mês anterior, fechando agosto com 21,12 milhões de m³/dia. No Espírito Santo, a produção de gás permaneceu no mesmo patamar do mês anterior, aproximadamente 1,7 milhão de m³/dia, abaixo da média de 2008, que foi de 7,68 milhões de m³/dia.

A importação de gás natural boliviano apresentou queda de 10%, totalizando 22,1 milhões de m³/dia. Para setembro, a expectativa é que esse volume deve ter leve queda, devido ao aproveitamento adicional de gás natural associado e do

baixo nível de despacho das térmicas, que em agosto e setembro apresentaram o menor nível de consumo dos últimos anos.

Reservatórios do Sul atingem 94,2% do volume armazenado (CanalEnergia) 06/10/09

Índice está 81% acima da curva de aversão ao risco. Machadinho opera com 97,50% da capacidade, segundo ONS Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A hidrelétrica de Machadinho opera com 97,50% da capacidade de armazenamento, segundo dados do boletim do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes à última segunda-feira, 5 de outubro. Os reservatórios do Sul atingem 94,2% do volume acumulado. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Norte - Os reservatórios atingem 52,2% do volume acumulado, com baixa de 0,1%. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 37,19% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios registram baixa de 0,2%, atingindo 69,6% do volume. O índice está 40,2% acima da curva de aversão ao risco. As usinas A. Vermelha e Paraibuna operam com 69,20% e 82,07%, respectivamente.

Submercado Sul - O nível dos reservatórios chega a 94,2%, com baixa de 0,2%. O índice está 81% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Machadinho trabalha com 97,50% da capacidade de armazenamento.

Submercado Nordeste - Os reservatórios atingem 67,7% do volume acumulado, com baixa de 0,4%. O índice está 40% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 65,25% da capacidade.

Assembléia Legislativa de Rondônia aprova pedido para suspender obras de Jirau (CanalEnergia) 06/10/09

Obra teria contrariado Constituição estadual. Deputado autor de requerimento cobra também início de CPI da usina Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Assembléia Legislativa de Rondônia aprovou na última segunda-feira, 5 de outubro, pedido de paralisação da hidrelétrica de Jirau (RO, 3.450 MW). Segundo a Casa, o requerimento, do deputado Tiziu Jidalias (PP), alega que a construção contraria a Constituição do estado e, por isso, as obras devem ser paralisadas até a solução das pendências.

O requerimento foi assinado pelos 24 deputados da Assembléia Legislativa e deve ser encaminhado em breve ao governador de Rondônia, Ivo Cassol. Segundo o deputado, todo uso e afetamento do acervo histórico de Rondônia deve ser disciplinado em lei e, caso isso não ocorra, devem ser nulos de pleno direito.

Entre as razões para a CPI está a mudança, pelo consórcio de Jirau, do local da obra, com deslocamento de nove quilômetros em relação ao ponto original. O requerimento destaca que os empreendedores não apresentaram novo estudo de impacto ambiental e estão construindo uma vila residencial em área de propriedade do estado de Rondônia, que não teria autorizado a implantação.

O deputado cobrou ainda a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar supostas irregularidades cometidas pelo consórcio, como danos ambientais, problemas no processo de licenciamento, utilização de terreno sem a devida autorização do governo de Rondônia e aplicações das compensações ambientais e sociais. A CPI já foi aprovada na Casa.

Impsa Wind pretende investir mais de R\$ 220 milhões no país nos próximos três anos (CanalEnergia) 06/10/09

Empresa estuda ampliação de unidade em Pernambuco e instalar novos sítios para montagem de equipamentos eólicos Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Investimentos e Finanças

A Impsa Wind planeja investimentos da ordem de R\$ 220 milhões no Brasil nos próximos três anos, caso o leilão de energia eólica seja bem sucedido e as encomendas cresçam. De acordo com o presidente da companhia, Luís

Pescarmona, os investimentos seriam para a ampliação da atual fábrica existente no Porto de Suape, em Pernambuco, e em novas fábricas.

Segundo ele, as obras de ampliação da fábrica de Pernambuco já começaram. Atualmente, são fabricados equipamentos para a produção de algo entre 450 MW e 600 MW por ano. "Com a ampliação poderemos, com certeza, produzir 600 MW por ano. Mas o importante é que vamos integrar nossa capacidade de fornecimento, produzindo outras peças do aerogerador", destacou Pescarmona.

Além disso, segundo ele, estão sendo estudados sítios para a localização de novas fábricas, que podem ficar no Ceará, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Minas Gerais. "Acreditamos que para sermos competitivos precisamos ter fábricas em muitos estados, pois o custo de transporte é muito alto", frisou o executivo, que participou nesta terça-feira, 6 de outubro, do 10º Encontro Internacional de Energia, que acontece em São Paulo.

Leilão de eólicas: Impsa Wind acredita que preço será inferior a R\$ 200/MWh (CanalEnergia) 06/10/09

Preço ideal situa-se em torno de R\$ 130/MWh a R\$ 140/MWh, mas patamar ainda não deve ser alcançado neste certame, avalia empresa

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Planejamento e Expansão

O presidente da Impsa Wind, Luís Pescarmona, afirmou acreditar que o preço do leilão de eólicas será menor que R\$ 200/MWh. Para ele, o preço ideal situa-se em torno de R\$ 130/MWh a R\$ 140/MWh. "Mas isso não quer dizer que já se chegue a esse preço no leilão. Acredito que deverá ficar entre R\$ 140/MWh e R\$ 200/MWh", declarou. Segundo ele, a sociedade não pode continuar subsidiando uma energia cara e por isso os preços da energia eólica têm que baixar.

Além disso, Pescarmona, que participou do 10º Encontro Internacional de Energia, em São Paulo, afirmou que apesar do país ainda não ter regras claras para o mercado de energia eólica, é possível instalar 1 mil MW por ano. Na visão do executivo, o Brasil já percebeu os impactos que os empregos gerados nessa área trazem para o país. "Por que o Obama está querendo fazer eólicas nos Estados Unidos? Não é só porque ele acredita nas energias renováveis, mas porque ele sabe quanto isso pode gerar de empregos para o país", afirmou.

A única maneira, de acordo com o executivo, de se fazer eólica a um preço competitivo é ter fornecedores e mão de obra qualificada no país. "Para isso é preciso investir, treinar pessoas. Podemos importar máquinas por 15 anos, mas continuaremos tendo custos altos", ponderou.

Pescarmona se mostrou preocupado com as mudanças de regras no país. "Quando instalamos nossa fábrica no Brasil, os projetos precisavam de um índice de nacionalização de 60%. Hoje não se tem mais esse índice", comentou. Além disso, segundo ele, os equipamentos importados não pagam os altos impostos cobrados das indústrias aqui instaladas.

"Eles entram sem impostos, com subsídios em seus países. E eu tenho que colocar os 30% dos impostos e além disso ser competitivo. Nós só queremos competir em pé de igualdade", afirmou. O executivo disse ainda que apesar do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social não subsidiar equipamentos importados, o Banco do Nordeste oferece esse tipo de financiamento, facilitando a compra de equipamentos de empresas que não investem no país.

SoEnergy fecha contrato com Eletronorte para usina a diesel no Amapá (CanalEnergia) 06/10/09

Com duração de 18 meses, renováveis pelo mesmo período, contrato estabelece fornecimento de 45 MW no município de Santana

Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A SoEnergy Sistemas Internacionais de Energia venceu licitação da Eletronorte e fechou contrato para o fornecimento de 45 MW em Santana, cidade vizinha de Macapá (AP). Com duração de 18 meses, renováveis pelo mesmo período, o contrato estabelece a montagem de uma usina a diesel, que vai abastecer Macapá e arredores. A empresa já atua nos municípios de Laranjal do Jari e Oiapoque.

MPX Energia ON opera em alta de 3,63% (CanalEnergia) 06/10/09

Transmissão Paulista PN registra queda de 0,09%. IEE alcança os 23.189 pontos, com alta de 1,11%

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A MPX Energia ON opera em alta de 3,63% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta terça-feira, 6 de outubro. O setor elétrico registra outros resultados positivos com a Tractebel ON (3,25%) acompanhada pela Energias do Brasil ON (2,93%). A Transmissão Paulista PN opera em queda de 0,09% acompanhada pela AES Tietê PN (-0,04%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 23.189 pontos, com alta de 1,11%, assim como o Ibovespa, que chegou aos 63.207 pontos, com alta de 1,34%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 0,83%

AES Tietê PN: -0,04%

Celesc PNB: 0,43%

Cemig PN: 1,15%

Cesp PNB: 0,57%

Coelce PNA: 1,21%

Copel PNB: 0,06%

CPFL Energia ON: 0,42%

Eletróbrás PNB: 0,39%

Energias do Brasil ON: 2,93%

Equatorial ON: 0,54%

Light ON: 1,09%

MPX Energia ON: 3,63%

Tractebel ON: 3,25%

Terna Part UNT: 0,12%

Transmissão Paulista PN: -0,09%

Relatório da Comissão de Fontes Renováveis será votado na semana que vem, diz deputado (CanalEnergia) 06/10/09

Após votação, haverá espaço para inclusão de novos temas, segundo Rodrigo Loures, presidente do comitê especial Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Regulação e Política

O relatório da Comissão de Fontes Renováveis da Câmara dos Deputados será votado na quarta-feira, 14 de outubro, de acordo com o presidente da comissão, deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR). Segundo ele, o texto já está praticamente pronto. "Estamos em fase de fechamento final do relatório que será votado na quarta-feira da semana que vem", afirmou o deputado. No entanto, no site da Câmara dos Deputados há uma reunião da Comissão marcada para amanhã, 7 de outubro, com possibilidade de votação. O relatório unifica uma série de projetos de lei sobre o assunto que tramitavam na Casa.

Loures disse ainda que o substitutivo será a primeira peça para o marco regulatório das energias renováveis. "Há vontade política para que se avance nas questões das energias renováveis", destacou o deputado. De acordo com ele, o relatório é abrangente e contempla a energia eólica, solar, biomassa e repotenciação das PCHs. "O relatório mostra claramente que o Brasil deseja ser um líder global no campo das renováveis", frisou ao participar do 10º Encontro Internacional de Energia, que acontece em São Paulo.

Segundo ele, após a votação, que deverá se prolongar por duas ou três sessões, haverá tentativas de inclusão de temas novos ao relatório. "Caberá ao relator, deputado Fernando Ferro (PT-PE) a avaliação e a incorporação dessas sugestões, que eu sei que virão", afirmou o deputado em entrevista à Agência CanalEnergia. Para Loures, após a conclusão da votação, o relatório vai para o Senado. "Queremos ter uma votação rápida no Senado, para que possamos chegar no dia 8 de dezembro, quando começa a Conferência do Clima em Compenhague, com uma boa notícia para os brasileiros e para a comunidade internacional, de que o Brasil fez uma opção clara, definitiva e normativa pela energia renovável", declarou.

Câmara pretende votar MP 466 nesta terça-feira, 6 (CanalEnergia) 06/10/09

Medida que regulamenta comercialização de energia no Sistema Isolado foi retirada de pauta na semana passada a pedido do relator

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

Adiada sucessivas vezes, a Medida Provisória 466 está na pauta de votações do Plenário da Câmara dos Deputados. O tema estava previsto para ser votado na última quarta-feira, 30 de setembro, mas o relator da matéria, o deputado João Carlos Bacelar (PP-BA), havia pedido a retirada de pauta. A MP regulamenta a comercialização da energia no Sistema Isolado. A proposta ainda está pendente de parecer da Comissão Mista da Câmara que analisa o tema - o prazo encerrou no último dia 16 de agosto. Na Câmara, o prazo encerrou no dia 30 de agosto e passou a trancar a pauta de votações desde o dia 17 de setembro. Caso não seja analisada, a MP perde eficácia a partir do dia 30 de novembro.

Celesc aposta em maior fiscalização e eficiência energética para combater perdas (CanalEnergia) 06/10/09

Companhia investiu cerca de R\$ 3 milhões em aplicativo que identifica fraude em medidores de energia
Dayanne Jadjiski, da Agência CanalEnergia, Consumidor

Fiscalização de unidades consumidoras e programa de eficiência energética são algumas das alternativas utilizadas pela Celesc para diminuir o índice de perdas comerciais. Há dois meses a companhia tem verificado mais fortemente medidores de residências do estado com indícios de fraudes ou desvios de energia. De acordo com a chefe da divisão de arrecadação da Celesc, Maria Cléia Turnes Demétrio, o índice tem sido de 25%. "No mercado este valor é considerado um excelente resultado", disse.

Mas não é apenas em residências que a empresa mantém a fiscalização. Os medidores de energia das unidades comerciais também estão sendo verificados. A atuação de uma quadrilha especializada em violações na medição de energia, que vem atuando há cerca de quatro meses no estado, levou a Celesc a intensificar ainda mais a fiscalização em relação aos furtos. De acordo com Maria Cléia, o produto é oferecido aos consumidores como forma de reduzir o consumo em, pelo menos, 50%.

"No procedimento utilizado, uma das bobinas do medidor de energia é queimada. Se a equipe de fiscalização não tiver um equipamento especial para fazer a aferição do medidor, vai verificar que [o medidor] está intacto, porque não há violação do lacre", explica a executiva, destacando que o nível de perdas da Celesc é de 1,63%. A companhia investiu na ferramenta de cálculos de regularidade, que identifica as fraudes, cerca de R\$ 3 milhões.

Um projeto de eficiência energética também é uma das estratégias da Celesc Distribuição para tratar as perdas comerciais. Denominado "Sou Legal, Tô Ligado", o programa foi iniciado no ano passado em comunidades catarinenses de baixa renda e contempla ações educacionais, como palestras sobre uso eficiente de energia, concursos de música, de redação, grafiteagem e oficinas eco artesanais que trabalham com aquecedores solares de garrafas pet.

Também estão previstas, segundo a companhia, ações de eficiência energética para regularização de ligações clandestinas, reforma da instalação elétrica interna, além da instalação de aquecedores solares e doação de lâmpadas fluorescentes para moradores das comunidades participantes.

De acordo com Maria Cléia, que coordena o projeto, o Sou Legal, Tô Ligado é uma alternativa para a aproximação entre a distribuidora e as comunidades. "Como acontecem em outras concessionárias, existem áreas restritas ao acesso da Celesc, em que a empresa não consegue fazer a leitura e cobrar os consumidores. Com esse projeto hoje temos um quadro bem diferente", contou a executiva.

Temporal em Santa Catarina - Algumas semanas após o temporal que assolou o estado, a Celesc estima um gasto de R\$ 10 milhões a 15 milhões para a reconstrução dos serviços nas áreas afetadas. De acordo com o diretor técnico da Celesc Distribuição, Eduardo Carvalho Sintonio, os gastos estão sendo contabilizados, mas posteriormente a companhia terá que refazer os cálculos, já que em alguns locais o serviço emergencial não será suficiente.

"Vai depender se o que fizemos pode permanecer ou se precisaremos reconstruir estruturas. Tudo o que foi reconstruído, mesmo em caráter emergencial, está dentro dos padrões de segurança. Passando essa gravidade do processo começamos a analisar ponto a ponto pra ver se vamos manter a estrutura ou se trocamos", explicou o executivo.

Cerca de 350 mil unidades consumidoras ficaram sem energia em Santa Catarina. Segundo Sintonio, 80% do sistema foi recuperado em 24 horas. Dos dois mil postes que foram derrubados em todo o estado, 70% estavam instalados na região oeste. Todo o sistema de energia foi restabelecido em uma semana. O caso mais crítico foi registrado no extremo oeste do estado, onde aconteceu o rompimento do sistema de transmissão na subestação São José do Cedro.

No local, está sendo feita a reconstrução da linha de transmissão, que teve seis estruturas de concreto derrubadas. Foram colocados postes de madeira em serviço emergencial. O tempo estimado para a reconstrução definitiva com

estruturas de concreto, segundo Sítio, é de, pelo menos, um ano. "Nós estimamos em torno de R\$ 1,5 milhão a R\$ 2 milhões só nesse serviço".

O executivo disse ainda que os ventos no estado chegaram a cerca de 150 km/h, embora o histórico na região não chegasse a 80 km/h. "Estamos estudando se vamos manter as estruturas para 120 quilômetros de vento ou se vamos projetar postes para 140 quilômetros. Temos que discutir isso, porque se começarmos a trabalhar pensando em ventos ou furacões evidentemente que os custos da linha vão crescer geometricamente, temos que analisar o custo benefício", finalizou.

Unicamp: abertas até dia 14 inscrições para pesquisador de sistemas energéticos (CanalEnergia) 06/10/09

Interessados devem ter título de doutor pertinente à área. Jornada de trabalho será de 40 horas semanais Da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

Estão abertas até o próximo dia 14 deste mês as inscrições para o concurso público no Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético da Unicamp (SP). A vaga é para pesquisador na área de Planejamento de Sistemas Energéticos. Segundo a universidade, a jornada de trabalho será de 40 horas semanais em regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Os interessados devem ter título de doutor, pertinente à área de Planejamento Energético. Para mais informações entre em contato com Márcia Rogério através dos telefones (19) 3289-3125 ou (19) 3201-6902/ 6903/ 6904 Ramal 4 ou pelo e-mail marciarogério@terra.com.br.

SINDICAL

Nota de repúdio (CUT Nacional) 06/10/09

Escrito por CUT/RJ

Secretaria da Mulher Trabalhadora do RJ denuncia morte de trabalhadora rural e cobra providências das autoridades

No dia 29 de setembro de 2009, Cristina Fernandes dos Santos, trabalhadora rural de Campos, estado do Rio de Janeiro, morreu queimada quando executava seu trabalho.

Mãe de sete filhos, 49 anos, Cristina foi mais uma vítima de uma prática condenável, predatória e criminosa que anualmente mata centenas de animais e agride o meio ambiente - a queimada de palha para a colheita da cana-de-açúcar.

Apesar de inúmeros estudos demonstrarem que as condições ambientais de trabalho do cortador de cana queimada são muito piores que as condições de corte da cana crua, pois a temperatura no canavial queimado chega a mais de 45°C e a fuligem do insumo penetra na corrente sanguínea do trabalhador por meio da respiração, as usinas continuam a adotar a prática.

Sem nenhuma ação que efetivamente impeça esse tipo de ação, agora, além dos animais e da vegetação, os trabalhadores também se incluem entre as vítimas do fogo. Encarregada de uma turma de 30 empregados, cortadores de cana na fazenda Feliz Terra Agrícola (antiga Tocaia), Cristina estava afastada dos demais trabalhadores, que fugiam do fogo. Portadora de uma pequena deficiência na perna, ela não conseguiu acompanhar os outros e foi atingida pelas chamas.

Diante de tamanho descaso com a vida, a Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT-RJ vem a público repudiar essa prática criminosa e cobrar das autoridades responsáveis medidas urgentes para não só apurar as responsabilidades no caso da morte de Cristina, como punir exemplarmente aqueles que continuam a utilizar a queimada da palha como método de plantio.

Rio de Janeiro, 03 de outubro de 2009

Virginia Berriel - Secretária da Mulher Trabalhadora da CUT-RJ

Artigo de Eduardo Galeano (CUT Nacional) 06/10/09

Escrito por Eduardo Galeano/ Carta Maior

O direito de expressão é o direito de escutar?

A tecnologia põe a imagem, a palavra e a música ao alcance de todos, como nunca antes ocorrera na história humana, mas essa maravilha pode se transformar num logro para incautos se o monopólio privado acabar impondo a ditadura da imagem única, da palavra única e da música única. Ressalvadas as exceções, que afortunadamente existem e não são poucas, essa pluralidade tende, em regra, a nos oferecer milhares de possibilidades de escolher entre o mesmo e o mesmo. O texto é de Eduardo Galeano.

Eduardo Galeano

Texto publicado no livro "De pernas pro ar" (LPM)

"Estamos informados de tudo, mas não sabemos de nada"

No século XVI, alguns teólogos da igreja católica legitimavam a conquista da América em nome do direito da comunicação. Jus communicationis: os conquistadores falavam, os índios escutavam. A guerra era inevitável justamente quando os índios se faziam de surdos. Seu direito de comunicação consistia no direito de obedecer. No fim do século XX, aquela violação da América ainda se chama encontro de culturas, enquanto continua se chamando comunicação o monólogo do poder.

Ao redor da Terra gira um anel de satélites cheios de milhões e milhões de palavras e imagens, que da terra vêm e à terra voltam. Prodigiosas engenhocas do tamanho de uma unha recebem, processam e emitem, na velocidade da luz, mensagens que há meio século exigiriam trinta toneladas de maquinaria. Milagres da tecnociência nestes tecnotempos: os mais afortunados membros da sociedade midiática podem desfrutar suas férias atendendo o telefone celular, recebendo e-mail, respondendo ao bipe, lendo faxes, transferindo as chamadas do receptor automático, fazendo compras por computador e preenchendo o ócio com os videogames e a televisão portátil.

Vôo e vertigem da tecnologia da comunicação, que parece bruxaria: à meia-noite, um computador beija a testa de Bill Gates, que de manhã desperta transformado no homem mais rico do mundo. Já está no mercado o primeiro microfone incorporado ao computador, para que se converse com ele. No ciberespaço, Cidade celestial, celebra-se o matrimônio do computador com o telefone e a televisão, convidando-se a humanidade para o batismo de seus filhos assombrosos.

A cibercomunidade nascente encontra refúgio na realidade virtual, enquanto as cidades se transformam em imensos desertos cheios de gente, onde cada qual vela por seu santo e está metido em sua própria bolha. Há quarenta anos, segundo as pesquisas, seis de cada dez norte-americanos confiavam na maioria das pessoas. Hoje a confiança murchou: só quatro de cada dez confiam nos demais. Este modelo de desenvolvimento desenvolve a desvinculação. Quanto mais se sataniza a relação com as pessoas, que podem te pegar a Aids, te tirar o emprego ou te deparar a casa, mais se sacraliza a relação com as máquinas. A indústria da comunicação, a mais dinâmica da economia mundial, vende as abracadabras que dão acesso à Nova Era da história da humanidade. Mas este mundo comunicadíssimo está se parecendo demais com um reino de sozinhos e de mudos.

Os meios dominantes de comunicação estão em poucas mãos, que são cada vez menos mãos e em regra atuam a serviço de um sistema que reduz as relações humanas ao mútuo uso e ao mútuo medo. Nos últimos tempos, a galáxia Internet abriu imprevistas e valiosas oportunidades de expressão alternativa. Pela Internet estão irradiando suas mensagens numerosas vozes que não são ecos do poder. Mas o acesso a essa nova autopista da informação é ainda um privilégio dos países desenvolvidos, onde residem noventa e cinco por cento dos usuários. E já a publicidade comercial está tentando transformar a Internet em Businessnet: esse novo espaço para a liberdade de comunicação é também um novo espaço para a liberdade de comércio. No planeta virtual não se corre o risco de encontrar alfândegas,

nem governos com delírios de independência. Em meados de 1997, quando o espaço comercial da rede já superava com sobras o espaço educativo, o presidente dos EUA recomendou que todos os países do mundo mantivessem livres de impostos a venda de bens e serviços através da Internet, e desde então este é um dos assuntos que mais preocupam os representantes norte-americanos nos organismos internacionais.

O controle do ciberespaço depende das linhas telefônicas e nada é mais casual quer a onda de privatizações dos últimos anos, no mundo inteiro, tenha arrancado os telefones das mãos públicas para entregá-los aos grandes conglomerados da comunicação. Os investimentos norte-americanos em telefonia estrangeira se multiplicam muito mais do que os demais investimentos, enquanto avança a galope a concentração de capitais: até meados de 1998, oito mega-empresas dominavam o negócio telefônico nos EUA, e numa só semana se reduziram a cinco.

A televisão aberta e por cabo, a indústria cinematográfica, a imprensa de tiragem massiva, as grandes editoras de livros e de discos e as emissoras de rádio de maior alcance também avançam, com botas de sete léguas, para o monopólio. Os mass media de difusão universal puseram nas nuvens o preço da liberdade de expressão: cada vez são mais numerosos os opinados, os que têm o direito de ouvir, e cada vez são menos numerosos os opinadores, os que têm o direito de se fazer ouvir. Nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, ainda tinham ampla ressonância os meios independentes de informação e opinião e as aventuras criadoras que revelavam e alimentavam a diversidade cultural. Em 1980, a absorção de muitas empresas médias e pequenas já deixara maior parte do mercado planetário na posse de cinquenta empresas. Desde então a independência e a diversidade se tornaram mais raras do que cachorro verde.

Segundo o produtor Jerry Isenberg, o extermínio da criação independente na televisão norte-americana foi fulminante nos últimos vinte anos: as empresas independentes proporcionavam entre trinta e cinquenta por cento do que se via na telinha e agora chegam a apenas dez por cento.

Também são reveladores os números da publicidade no mundo: atualmente, metade de todo o dinheiro que o planeta gasta em publicidade vai parar no bolso de apenas dez conglomerados, que açambarcam produção e a distribuição de tudo o que se relaciona com imagem, palavra e música.

Nos últimos cinco anos, duplicaram seu mercado internacional as principais empresas norte-americanas de comunicação: General Electric, Disney/ABC, Time Warner/CNN, Viacom, Tele-Communications INC. (TCI) e a recém chegada Microsoft, a empresa de Bil Gates, que reina no mercado equivalente e televisual. Estes gigantes exercem um poder oligopólico, que em escala planetária é compartilhado pelo império Murdoch, pela empresa japonesa Sony, pela alemã Bertelsmann e uma que outra mais. Juntas, teceram uma teia universal. Seus interesses se entrecruzam, atadas que estão por numerosos fios. Ainda que esses mastodontes da comunicação simulem competir e às vezes até se enfrentam e se insultem para satisfazer a platéia, na hora da verdade o espetáculo cessa e, tranquilamente, eles repartem o planeta.

Por obra e graça da boa sorte cibernética, Bill Gates amealhou uma rápida fortuna equivalente a todo o orçamento anual do estado argentino. Em meados de 1998, o governo dos EUA entrou com uma ação contra a Microsoft, acusada de impor seus produtos através de métodos monopolistas que esmagavam seus competidos. Tempos antes, o governo federal entrara com um processo similar contra a IBM: ao cabo de treze anos de marchas e contramarchas, o assunto deu em nada. Pouco podem as leis jurídicas contra as leis econômicas: a economia capitalista gera concentração de poder como o inverno gera o frio. Não é provável que as leis anti-trust, que outrora ameaçavam os reis do petróleo, possam pôr em perigo a trama planetária que está tornando possível o mais perigoso dos despotismos: o que atua sobre o coração e a consciência da humanidade inteira.

A diversidade tecnológica quer significar diversidade democrática. A tecnologia põe a imagem, a palavra e a música ao alcance de todos, como nunca antes ocorrera na história humana, mas essa maravilha pode se transformar num logro para incautos se o monopólio privado acabar impondo a ditadura da imagem única, da palavra única e da música única. Ressalvadas as exceções, que afortunadamente existem e não são poucas, essa pluralidade tende, em regra, a nos oferecer milhares de possibilidades de escolher entre o mesmo e o mesmo. Como diz o jornalista argentino Ezequiel Fernández-Moore, a propósito da informação: "Estamos informados de tudo, mas não sabemos de nada".

Paraíba marca presença (CUT Nacional) 06/10/09

Escrito por Sintricom

Fórum Nordeste sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na indústria da Construção

No período de 6 a 8 de outubro, a cidade de Natal (RN), sedia o Fórum Nordeste sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na indústria da Construção. Esse Fórum Nordeste é o 4º evento regional preparatório para o VI CMATIC - Congresso Nacional Sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção - CMATIC; e o I Seminário dos Países da América Latina e Caribe sobre a temática, que ocorrerão em Belém do Pará, em dezembro deste.

Enfocando a temática saúde x trabalho x doença na indústria da construção, o evento de Natal tem como objetivo discutir caminhos e socializar experiências positivas voltadas para melhoria das condições de trabalho a partir da sensibilização de dirigentes, gestores e profissionais em geral, quanto à necessidade de inserir a segurança e saúde no trabalho no núcleo estratégico do negócio das empresas construtoras.

O Fórum é voltado para empresários, engenheiros e operários de obra, profissionais de RH e de segurança e saúde no trabalho, pesquisadores, dirigentes sindicais, membros de CIPAs e estudantes. Representando a categoria dos trabalhadores nas indústrias da construção e do mobiliário de João Pessoa e regiões, dirigentes do SINTRICOM/PB participam da realização do evento discutindo caminhos e socializando experiências de políticas voltadas para a melhoria das condições de trabalho e que estimulem a promoção da responsabilidade social corporativa no setor da construção civil.

Para o presidente do SINTRICOM, Edmilson da Silva Souza, é de suma importância debater questões relacionadas às temáticas de saúde, condições de trabalho e meio ambiente no setor da construção devido à significativa exposição da categoria a produtos nocivos à saúde individual e coletiva. "Temos noção do impacto que o setor gera com o acúmulo e dispensa de diversos tipos de resíduos prejudiciais ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores e da sociedade. No espaço do Fórum vamos conjuntamente debater saídas para o enfrentamento a essas questões, considerando a diversidade de experiências, ou seja, o olhar dos trabalhadores, técnicos, empresários, pesquisadores e do poder público", enfatiza Souza.

Sob coordenação da Fundacentro-PE, o Fórum contará com a parceria das seguintes entidades: FUNDACENTRO-BA, Ministério do Trabalho e Emprego (SRTEs do Nordeste), SESI/SENAI-RN, Ministério Público do Trabalho, IFRN, CERESTs, Universidade Potiguar, UFRN, CREA-RN, SINDUSCON-RN, Sintricom-João Pessoa, Sindicato dos Trabalhadores da Construção/PE e Comitê Permanente Nacional da Indústria da Construção (CPN).

Para mais informações SINTRICOM/PB:

Fones: 3513-9283 / 3513-9284 / 3523-9285

email: sintricom@hotmail.com Este endereço de e-mail está protegido contra spam bots, pelo que o Javascript terá de estar activado para poder visualizar o endereço de email

Assessoria de comunicação:

Jany Mery Alencar Leite. Email: janyalencar@hotmail.com Este endereço de e-mail está protegido contra spam bots, pelo que o Javascript terá de estar activado para poder visualizar o endereço de email

Fone: 9144-6077

Trabalhadores da saúde (CUT Nacional) 06/10/09

Escrito por CUT/PR

CUT-PR promove debate sobre a jornada de 30 horas

No dia 14 de outubro, quarta-feira da próxima semana, a CUT Paraná, em parceria com os sindicatos filiados do ramo da saúde e também com a Federação Democrática dos Trabalhadores da Saúde do Paraná [Fetrasap], promove o debate

"Jornada de 30 horas para os trabalhadores da saúde". O evento acontece das 14h às 18h, no auditório da Facinter [Praça Osório - Edifício Garcez], em Curitiba.

A jornada de trabalho de 30 horas semanais é uma luta histórica dos trabalhadores da saúde. Mais do que isso, é uma medida fundamental para a saúde dessa categoria, pois são profissionais que lidam com a dor, sofrimento e o limite entre a vida e a morte, o que significa uma enorme responsabilidade e exige alto grau de dedicação, causando desgastes físicos e psicológicos elevados.

A Organização Mundial da Saúde [OMS] recomenda o limite máximo de 30 horas semanais para a jornada de trabalho no setor. Muitas conferências estaduais e nacionais de saúde já aprovaram a redução da carga horária laboral. Portanto, defender as 30 horas para os trabalhadores da saúde é garantia de melhor atendimento, seja na saúde pública ou privada.

CUT e mais de 60 entidades apoiam (CUT Nacional) 06/10/09

Escrito por CUT

Projeto de Lei prevê fim da publicidade e da comunicação mercadológica dirigida ao público infantil

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Comércio e Indústria (CDEIC) da Câmara dos Deputados vota nesta quarta-feira (30) o Projeto de Lei nº 5.921/2001, que trata da proibição da publicidade dirigida ao público infantil. A Central Única dos Trabalhadores é uma das signatárias, ao lado de mais de 60 entidades, do manifesto de apoio ao Projeto de Lei.

MANIFESTO

Pelo fim da publicidade e da comunicação mercadológica dirigida ao público infantil

Em defesa dos direitos da infância, da Justiça e da construção de um futuro mais solidário e sustentável para a sociedade brasileira

Organizações e entidades abaixo assinadas reafirmam a importância da proteção da criança frente aos apelos mercadológicos e pedem o fim das mensagens publicitárias dirigidas ao público infantil.

A criança é hipervulnerável. Ainda está em processo de desenvolvimento bio-físico e psíquico. Por isso, não possui a totalidade das habilidades necessárias para o desempenho de uma adequada interpretação crítica dos inúmeros apelos mercadológicos que lhe são especialmente dirigidos.

Consideramos que a publicidade de produtos e serviços dirigidos à criança deveria ser voltada aos seus pais ou responsáveis, estes sim, com condições muito mais favoráveis de análise e discernimento.

Acreditamos que a utilização da criança como meio para a venda de qualquer produto ou serviço constitui prática antiética e abusiva, principalmente quando se sabe que 27 milhões de crianças brasileiras vivem em condição de miséria e dificilmente têm atendidos os desejos despertados pelo marketing.

A publicidade voltada à criança contribui para a disseminação de valores materialistas e para o aumento de problemas sociais como a obesidade infantil, erotização precoce, estresse familiar, violência pela apropriação indevida de produtos caros e alcoolismo precoce.

Nós abaixo-assinados acreditamos que o fim da publicidade dirigida ao público infantil será um marco importante na história de um país que quer honrar suas crianças.

Por tudo isso, pedimos, respeitosamente, aos Exmos. Deputados da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Comércio e Indústria (CDEIC) que se comprometam com a infância brasileira e efetivamente promovam o fim da publicidade e da comunicação mercadológica voltada ao público menor de 12 anos de idade.

Signatários:

Abraço Rio de Janeiro

ACTbr - Aliança do Controle do Tabagismo

Agência Verde - Tamoios Tecnologia e Consultoria

Ágere Cooperação em Advocacy

Aliança Pela Infância

ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância

Articulação Mulher e Mídia

Associação Comunitária Monte Azul

Associação dos Jornalistas do Serviço Público

Associação Nacional das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (ANUUFEI)

Associação Niteroiense de Arte Cidadania e Comunicação Pop Goiaba - Rádio Pop Goiaba

Associação Palas Athena

Ato Cidadão

Avante Educação e Mobilização Social

Balangandança Cia.

Campanha pela Ética na TV

CEDECA Interlagos - Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Central Única dos Trabalhadores

Centro de Cultura Luiz Freire

Childhood Brasil - Instituto WCF Brasil

CLADEM Brasil - Comitê Latino-americano e Caribenho para Defesa dos Direitos da Mulher

Cia. de Megamini de Teatro

Comunicação e Cultura

ComunicAtivistas

Criança Segura Safe Kids Brasil

Escola de Governo

FEWB - Federação das Escolas Waldorf no Brasil

Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente-SP

IBFAN Brasil - Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar

IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

IMAIS - Instituto Mulheres pela Atenção à Saúde Integral e pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos

Instituto Akatu

Instituto Alana - Projeto Criança e Consumo

Instituto Avisa Lá - Formação Continuada de Educadores
Instituto GENS de Educação e Cultura
Instituto da Infância
Instituto Paulo Freire
Instituto Prevenir de Responsabilidade Socioambiental
Instituto Sedes Sapientiae
Instituto Sidarta
Instituto Zero a Seis
Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social
IPA Brasil - Associação Brasileira pelo Direito de Brincar
Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis
Movimento de Integração Social Éfeta
Movimento de Mulheres de Cabo Frio
Movimento Nacional de Direitos Humanos
Núcleo Piratininga de Comunicação
Observatório da Mulher
ONG Comunica
ONG Pulsar
Organização Mundial para Educação Pré-Escolar - OMEP Brasil
Plan International Brasil
Pontão Pontinho de Cultura Bola de Meia
Portal Cultura Infância
Primeira Infância Melhor
Pro Teste
Projeto Anchieta
Projeto Cala-boca já morreu
Projeto Conscientização sobre e através do domínio audiovisual
Rede da Primeira Infância do Estado do Ceará
Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro
Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro
Solidariedade França Brasil

Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Valor Cultural - Agência para o Desenvolvimento Social e Humano

Visão Mundial Brasil

"Pré-sal e a Educação" (CUT Nacional) 06/10/09

Escrito por Imprensa da FUP

Audiência Pública debate o tema nesta quinta, no Senado

Nesta quinta-feira, dia 08, será realizada uma Audiência Pública no Senado Federal, em Brasília, onde a FUP e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa junto ao senador Paulo Paim farão um debate sobre o tema "A educação e o pré-sal", tendo como principal foco a proposta dos trabalhadores para a nova lei do petróleo.

A proposta dos trabalhadores e dos movimentos sociais garante um fundo social soberano para a destinação dos recursos do petróleo para políticas de combate às desigualdades. Diante disso, os representantes da Federação Única dos Petroleiros e a Frente Parlamentar de apoio ao PL 5891/2009, projeto que já está em tramitação na Câmara dos Deputados, debaterão a utilização deste fundo para a educação.

Além da proposta dos trabalhadores, a Comissão também discutirá as medidas previstas pela proposta do governo para o pré-sal, apresentada pelo presidente Lula.

A audiência terá início às 10 horas no plenário n.º 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

Mestrado Internacional Políticas Trabalhistas e Globalização (CUT Nacional) 06/10/09

Escrito por CUT

Última chamada para inscrições de sindicalistas da CUT Brasil – Unicamp

A Universidade Global do Trabalho (GLU) é uma iniciativa da OIT com várias instituições sindicais, acadêmicas (Universidade de Kassel e Escola de Economia de Berlim na Alemanha, Universidade WITS na África do Sul, Unicamp no Brasil, e Instituto TATA na Índia) e de pesquisa. Além da participação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e de diversas instituições apoiadoras e financiadoras, o projeto conta com diversas centrais sindicais, dentre as quais estão a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Observatório Social/CUT, no Brasil.

A Universidade Global do Trabalho oferece cursos de mestrado internacional de aproximadamente um ano, e tem como público alvo prioritário pessoas com atividades na área do trabalho: dirigentes sindicais e assessores, e pesquisadores do meio sindical.

Maiores detalhes podem ser encontrados em <http://www.global-labour-university.org/>.

A CUT, parceira do projeto, indica dirigentes e assessores sindicais de suas entidades para participar dos cursos. Para tanto, é necessário que os candidatos/as:

- a) Tenham curso superior em qualquer área do conhecimento;
- b) Tenham fluência na língua inglesa (pois os cursos são ministrados em Inglês);
- c) Sejam indicados formalmente pelas entidades sindicais nacionais - confederações, federações e sindicatos nacionais.

O prazo final para apresentação de candidaturas para o Brasil é 30 de Outubro de 2009.

Maiores informações e orientações: Secretaria Nacional de Formação da CUT - (11) 2108.9281 - snf@cut.org.br Este endereço de e-mail está protegido contra spam bots, pelo que o Javascript terá de estar activado para poder visualizar o endereço de email - c/ Marta Domingues

Enfrentar a precarização e avançar para o trabalho decente (CUT Nacional) **06/10/09**

Escrito por Denise Motta Dau é secretária nacional de Relações do Trabalho

Contratadas para fazer o trabalho sujo de repressão, tortura e outras ações de guerra condenáveis pela Convenção de Genebra, empresas americanas de segurança privada têm marcado as políticas externas de segurança dos USA. A onda terceirizante atingiu até a guerra! A chamada Guerra Terceirizada americana contou, inclusive, com tropas maiores que de muitos exércitos nacionais.

Sem entrar no debate sobre a estupidez que, por si só, é a guerra, tal situação remete à banalização dos direitos humanos e da própria vida, transformados em meros objetos de relações mercantis, lógica também verificada na imensa maioria dos processos de terceirização nos segmentos produtivos. Não precisamos ir ao Iraque para comprovar. O elevado número de trabalhadores terceirizados, vítimas de acidentes graves e fatais em setores como o de petróleo, energia elétrica e construção civil dentre outros, é um indicador consistente desta realidade.

Não é à toa que a CUT tem envidado esforços para regulamentar a terceirização, investindo em várias frentes de ação para combater a precarização do trabalho, assegurar a igualdade de direitos e o resgate do valor social do trabalho, duramente atingido nas últimas décadas.

Trata-se de uma verdadeira batalha. Passando por cima das conquistas sociais no campo das políticas públicas e das relações de trabalho obtidas nas últimas décadas, a pressão pela ampliação da terceirização no setor público e privado continua avançando, por meio de iniciativas neoliberais patrocinadas pelo PSDB.

Em São Paulo, lamentavelmente, o governo Serra aprovou uma lei de privatização do SUS, entregando totalmente para Organizações Sociais de direito privado os equipamentos públicos e a gestão da saúde do estado de São Paulo. Tal modelo, inspirado nas teorias do livre mercado, vem sendo questionado inclusive em seus países de origem, como o é caso dos Estados Unidos, onde a ampliação da cobertura pública tem sido uma das principais frentes de ação do novo presidente.

A sanha neoliberal do PSDB, que privatiza, terceiriza e destrói direitos, tenta se espalhar por todos os setores econômicos, público e privado, rural e urbano. O PL 4302/1998, de autoria de Fernando Henrique Cardoso, à época no poder Executivo, que estabelece um padrão de direitos rebaixados de contratação do trabalho, por meio da ampliação do trabalho temporário e da legalização da intermediação de mão-de-obra, continua sendo o principal instrumento de pressão dos empresários no Congresso Nacional para legalizar a precarização do trabalho.

Por outro, temos dado uma demonstração de força e mobilização. A audiência pública sobre o nosso projeto de lei, o PL 1621/2007, realizada dia 30/09/2009, no Congresso Nacional reuniu lideranças sindicais de todo o país, representando os ramos de atividade, organizados na Central.

A ampla mobilização da sociedade, em defesa dos direitos sociais conquistados nas últimas décadas no campo das políticas públicas e das relações de trabalho é condição básica para criar um campo de forças mais favorável à manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas para o conjunto da classe trabalhadora.

É com esse objetivo que a Confederação Sindical das Américas - CSA e a Confederação Sindical Internacional - CSI, juntamente com as suas afiliadas em todo o mundo, organizam neste dia 7 de outubro a Jornada Mundial pelo Trabalho Decente, onde o debate central é que trabalho nós queremos.

Neste contexto, o objetivo maior da CUT deve ser pela aprovação do nosso projeto de lei de combate a terceirização e, conseqüentemente, o trabalho precário; a aprovação da PEC 231/95 que reduz a jornada de trabalho sem redução de salários; a ratificação da convenção 158 da OIT que inibe a demissão imotivada - principal fator da rotatividade e queda na renda; pela imediata ratificação da convenção 151 da OIT, enviada pelo Presidente Lula em 2008 ao Congresso Nacional, fruto da mobilização da CUT, que garante a negociação coletiva para os servidores públicos. Estas são bandeiras de luta e pauta central da VI Marcha da Classe Trabalhadora, a ser realizado dia 11 de novembro de 2009, em Brasília.

Vamos continuar debatendo e mobilizando em todos os pontos do País pelo combate à terceirização, pela redução da jornada de trabalho e pelo fim do trabalho escravo. Não queremos qualquer emprego e a inclusão a qualquer custo. Queremos mais e melhores empregos, que assegurem dignidade dentro e fora do espaço de trabalho, com o pleno exercício da democracia. Não haverá desenvolvimento sustentável, ético e soberano sem a humanização e valorização do mundo do trabalho.

12 de outubro: pelas crianças e para as crianças (CUT Nacional) 06/10/09

Escrito por Lucilene Binsfeld, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços

"A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis." Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 15º.

12 de outubro não é apenas Dia das Crianças. O setor de comércio e serviços também adotou a data como o Dia Nacional da Luta por Creche. Preocupados com a garantia deste direito, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviços (Contracs/CUT), as federações e sindicatos filiados defendem que lutar por creches é uma questão de cidadania, pois promove o desenvolvimento, a socialização, instrução e inclusão social das crianças. Portanto, as creches são um direito das crianças e para as crianças.

Embora haja leis para garantir e assegurar o direito a creches gratuitas às crianças até seis anos - na Constituição - ou reembolso de despesas com creches ou convênio para empresas com pelo menos 30 mulheres - como a CLT -, 15,5% das crianças de 0 a 3 anos estão fora das creches. Se tratarmos das crianças de 4 a 6 anos, o número sobe para 24%. Estes dados são da Pnad 2006 e revelam a importância dessa luta.

No comércio e serviços, a luta por creche é muito importante, pois no setor há muitas mães jovens e adultas que têm tripla jornada e ainda trabalham aos domingos.

Por isso, essa causa não é só das mulheres, mas dos homens e de toda a sociedade, que devem se preocupar com as crianças e com seu desenvolvimento.

Creche é um fator determinante, então, é preciso garantir políticas públicas que universalizem o acesso, além de exigir o cumprimento do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) que estabelece o cuidado com os filhos até 12 anos.

É fundamental debater com a sociedade a importância desse direito dos pequeninos, pais e sociedade através da formação e informação.

Por isso, se faz necessário ampliar o debate, dialogar com os diversos atores sociais (trabalhadores, associação de moradores, ONGs, movimentos sociais, câmara dos vereadores e o executivo municipal) e propor ações que garantam o direito à creche.

Creche: lutar por esse direito é uma questão de cidadania.

Sindicato denuncia perseguição da Camargo Corrêa na construção de Jirau (CUT Nacional) 06/10/09

Escrito por Hora do Povo

Um dia após a assinatura do dissídio coletivo estabelecido entre o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Construção Civil de Rondônia (Sticcero) e a Camargo Corrêa, responsável pela construção da usina de Jirau, um grupo de 60 trabalhadores foi demitido da empreiteira.

Na assinatura do dissídio foi estabelecido que qualquer trabalhador que houvesse participado das paralisações não sofreria perseguição. Em setembro, os trabalhadores pararam as obras das Usinas de Santo Antônio e Jirau, garantindo aumento de 7% que, somado aos 8% antecipados em maio, representou reajuste de 15,56%.

Arrancados do alojamento à força sem tempo sequer para apanhar suas ferramentas e documentos, um grupo de trabalhadores se aglomerou nos portões do escritório da empresa para expressar a revolta com a forma abusiva que a Camargo Corrêa trata os funcionários e estava conduzindo a rescisão.

O Sitccero denunciou que os trabalhadores foram demitidos sem realizar o exame demissional, o que é obrigatório por lei. Outra irregularidade apontada pelos sindicalistas é que as rescisões dos trabalhadores estavam datadas com a data do dia seguinte - para tentar esconder a maneira truculenta como os funcionários foram arrancados dos canteiros de obras e dar tempo hábil para que os mesmos fossem retirar seus pertences.

RS: Municípios de Pelotas conquistam devolução de desconto previdenciário (CUT Nacional) 06/10/09

Escrito por Simp

A Prefeitura irá devolver aos servidores municipais o valor correspondente ao percentual de 1,53% descontado dos vencimentos do funcionalismo no mês de abril deste ano a título de contribuição previdenciária suplementar. O valor será devolvido no pagamento deste mês e já aparece no contracheque dos servidores. A informação é da vice-presidente do Sindicato dos Municípios de Pelotas, Tatiane Lopes Rodrigues.

"Esta é uma importante vitória dos municípios. Desde a entrada em vigor da Lei 5.542/09, aprovada pela Câmara de Vereadores quase que às escondidas, nos últimos dias do ano passado, lutamos contra este desconto, conquistando sua suspensão por meio de medida liminar em ação judicial encaminhada pelos assessores jurídicos do Simp", salienta a vice-presidente do Sindicato dos Municípios.

Tatiane explica que entre a entrada em vigor da Lei 5.542/09 e a obtenção da medida liminar que suspendeu sua incidência, houve o desconto do percentual de 1,53% no pagamento dos vencimentos do mês de abril. "Este é o valor que agora, depois de muita luta, conseguimos que fosse devolvido aos servidores".

A confirmação da devolução do valor correspondente aos 1,53% ocorreu durante reunião realizada entre a direção do Simp, a Comissão de Educação da Câmara de Vereadores e o secretário de Administração e Finanças, Sergio Lopes, na tarde da última quarta-feira, 30.

Na pauta da reunião também estiveram temas como a regulamentação do incentivo dos professores da educação infantil, triênios dos servidores da Secretaria de Cidadania, abono do PIS-PASEP e a devolução dos dias descontados indevidamente dos agentes de trânsito que são delegados sindicais.

"Também levamos mais uma vez até o secretário de Administração a questão da regulamentação do incentivo para os professores da Educação Infantil, apresentado e aprovado na Câmara e obtivemos o comprometimento por parte de Sérgio Lopes que no prazo máximo de 10 dias será apresentado como projeto pelo Executivo, o que representa um avanço significativo nesse tema", diz Tatiane.

Sobre os dias descontados arbitrariamente dos delegados sindicais da Secretaria de Segurança, Transportes e Trânsito durante o período em que ocorreu a eleição para a direção do Simp, o secretário Sergio Lopes pediu ao sindicato um prazo de 48 horas para uma posição definitiva.

"Para nós esta é uma questão fundamental, pois já se passou mais de um ano de nossa eleição e os delegados sindicais continuam no prejuízo, o que significa um verdadeiro desrespeito por parte da Secretaria de Trânsito", ataca a vice-presidente do Simp, acrescentando que quinta-feira, 1º, foi realizado ato de protesto em frente a SSTT.

Outro importante avanço ocorreu com relação a criação da CIPA, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, houve a garantia por parte do secretário Sergio Lopes de que o Executivo já tem projeto pronto para sua implementação. Ainda permanecem pendentes definições relativamente ao abono do PIS-PASEP e Triênios para servidores da Secretaria de Cidadania.

Assembleia Cidadania

O Sindicato realiza assembleia com os servidores da Secretaria de Cidadania na próxima terça-feira, dia 06 de outubro, a partir das 14 horas, no auditório externo do Colégio Municipal Pelotense, para tratar de temas específicos deste setor e definição de reivindicações a serem encaminhadas.

Cesta básica fica mais cara em dez capitais, mostra pesquisa do Dieese (CUT Nacional) 06/10/09

Escrito por Repórter da Agência Brasil

O valor da cesta básica subiu, na passagem de agosto para setembro, em dez das 17 capitais onde é feita a apuração do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Mais uma vez, a cesta mais cara foi a de Porto Alegre (R\$ 245,86), com alta de 3,01%. No mês passado, a cesta básica na capital gaúcha havia apresentado custo médio de R\$ 238,67%, 0,51% acima do constatado em julho.

O maior reajuste, entretanto, ocorreu em Florianópolis, onde a cesta básica teve aumento de 3,57%, passando a custar R\$ 224,26. Em São Paulo, os itens básicos ficaram 1,86% mais caros e chegaram a R\$ 229,89, o segundo maior valor entre as 17 capitais pesquisadas.

Entre as sete cidades que registraram queda, a retração mais expressiva foi observada em Goiânia (-7,82), onde foi preciso desembolsar R\$ 181,29 para comprar uma cesta básica. A capital goiana apresentou o segundo menor valor, atrás apenas de Sergipe, onde a cesta passou a custar R\$ 164,50, 2,12% a menos do que no levantamento de agosto. No acumulado do ano, de janeiro a setembro, o valor da cesta básica diminuiu em 15 das 17 capitais, na comparação com os dados de igual período do ano passado. Houve alta apenas em Belém (1,57%) e em Salvador (1,36%).

A pesquisa mostra que o açúcar foi o produto com maior reajuste (7,3%), seguido da batata (7,1%) e do tomate (6,1%). Já entre os que ficaram mais baratos estão o leite (-6,1%), o feijão (-6,1%) e o arroz (-1,8%).

Pelos cálculos do Dieese, o trabalhador precisaria de uma renda mínima de R\$ 2.065,47 para arcar com as despesas da família, levando em consideração o maior valor da cesta encontrado. No levantamento anterior, o vencimento estimado foi de R\$ 2.005,07.

Segundo a pesquisa, para conseguir comprar os produtos da cesta básica, o trabalhador que ganha o salário mínimo (R\$ 465) tem que cumprir uma jornada de 96 horas e 23 minutos, ante o total de 96 horas e 37 minutos da apuração passada. Houve queda também na comparação com os dados referentes a setembro de 2008, quando o tempo necessário foi calculado em 106 horas e 37 minutos.

Fentac-CUT promove seu primeiro Congresso de 15 a 18 de outubro, em Votorantim/SP (CUT Nacional) 06/10/09

Escrito por Fentac/CUT

A Fentac/CUT (Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil) vai realizar seu primeiro Congresso. O objetivo do evento é debater a conjuntura do setor aéreo brasileiro e as perspectivas do mercado para o trabalhador, frente às ações da Agência Nacional Civil (ANAC). O Congresso será realizado nos dias 15 e 18 de outubro, em Votorantim (SP). A abertura será no dia 15, às 19 horas.

Contra "AI-5 digital", governo prepara estatuto para a internet (CUT Nacional) 06/10/09

Escrito por Vermelho

Diante da atual ausência de uma regulação da internet no Brasil, o governo Lula planeja criar um marco regulatório civil para a rede. Mas, diferentemente do autoritário projeto de lei apresentado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a proposta governamental é marcada por princípios democratizantes e progressistas.

Essa proposta trará questões como a responsabilidade civil de provedores e usuários, a privacidade dos dados, a neutralidade da rede (vedação de discriminação ou filtragem de conteúdo - seja política, seja econômica, seja jurídica) e os direitos fundamentais do internauta, como a liberdade de expressão.

O plano, trabalhado pelo Ministério da Justiça, é lançar um blog adaptado com esses temas no fim do mês, abrindo 45 dias para que pessoas interessadas se manifestem e troquem argumentos sobre o que deveria ser regulado e como. Após o prazo, a pasta vai recolher as contribuições e redigir um projeto de lei, que será, então, levado ao blog para mais 45 dias de comentários. A previsão é que a proposta chegue fechada ao Congresso Nacional no início do ano que vem.

O texto que será entregue aos deputados trará um conjunto de regras mínimas, segundo o Ministério da Justiça. A intenção é manter a dinâmica da rede, como prevê um dos princípios estabelecidos pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil. Não fazer a regulação seria "deixar do jeito que está, e do jeito que está é complicado", afirma Pedro Abramovay, secretário de assuntos legislativos do ministério.

Tópicos

Uma das questões levantadas pelo ministério e por especialistas como de regulação necessária é a polêmica dos logs (registros de acesso), até aqui discutida como algo a ser definido sob uma lei criminal. O que será preciso definir: as informações sobre quais sites os usuários acessaram, quando e o que fizeram devem ser armazenadas? Por quanto tempo: três anos, como querem alguns? Esses dados podem ser vendidos? Passados à polícia? Em que situação? Podem ser requisitados pela Justiça? Com base em quais critérios?

Estabelecer isso em lei terá "impacto imediato para o usuário", afirma Ronaldo Lemos, coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV Direito Rio, que está desenvolvendo a proposta em conjunto com o Ministério da Justiça. "Ele vai saber que, ao entrar num site, não vai ter o dado exposto de forma diferente como está na lei. Hoje, juízes tendem a conceder a abertura dos dados. A intimidade é facilmente devassável."

Segundo Lemos, a proteção à privacidade dos dados incluirá a discussão sobre o spam. Outro ponto será a responsabilidade civil dos diversos provedores e suas garantias. Em que momento o provedor passa a responder pelo conteúdo? Nos Estados Unidos, os provedores não são responsáveis pelo conteúdo disponibilizado pelos usuários - a não ser que sejam alertados de alguma ilegalidade e não tomem providências imediatas, explica Lemos. Também não há guarda prévia de logs. Na Europa, segundo diretiva do Parlamento Europeu, os registros são armazenados por dois anos.

No Brasil, a lei deveria garantir que os dados do usuário não sejam vendidos e que fiquem guardados por pouco tempo, diz Sérgio Amadeu da Silveira, sociólogo, ativista da liberdade na rede e professor da Faculdade Cásper Líbero. "O rastro digital plenamente identificado é inaceitável. A navegação sem identificação é que garante a liberdade na rede", afirma.

Para Marcelo Branco, coordenador da Associação Software Livre, será "necessário estabelecer mecanismos para evitar que, quando a gente estiver navegando, não possa ser investigado no Brasil", o que não é claro hoje. Questões pontuais, como e-mail corporativo e tributação do comércio on-line, deverão ficar de fora do marco regulatório.

Não ao "AI-5 Digital"

Enquanto tenta estabelecer o marco civil para a internet, o governo trabalha também para desidratar o "AI-5 Digital", como ficou conhecido nefasto o projeto que criminaliza várias práticas democráticas na rede. Também conhecido como Lei Azeredo, a iniciativa

O projeto que leva o nome do tucano Eduardo Azeredo é, na origem, do deputado Luiz Piauhyllino (PDT-PE). Mas, quando chegou ao Senado, foi drasticamente alterado por Azeredo, de tal modo que seus postulados ferem a liberdade e a privacidade dos usuários. O texto chegava a abrir brechas que poderiam levar à prisão quem baixasse músicas ou desbloqueasse um celular.

Agora, a intenção do governo Lula é que um novo projeto seja apresentado, tipificando poucos crimes diretamente envolvidos com a rede - como acesso indevido a sistemas informatizados e inserção ou difusão de código malicioso. Os deputados Paulo Teixeira (PT-SP) e Julio Semeghini (PSDB-SP) fecharão a proposta, com apoio do Ministério da Justiça.

Semeghini diz ainda não saber se o projeto de Piauhyllino será mantido com alguns artigos ou se estes serão incorporados à nova proposta. Na segunda opção, o Ai-5 Digital seria abandonado. Para Semeghini, há pontos no texto do Senado que devem ser aproveitados, como a criminalização da falsificação de documentos eletrônicos.

Na opinião de Ronaldo Lemos, toda essa discussão criminal deveria ter sido feita depois da definição de um marco regulatório civil. O coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV Direito Rio acredita que a inversão dessa ordem prejudica a inovação. "Quem vai inventar um serviço de internet se o risco é criminal?"

Seminário debate pré-sal e o novo marco regulatório do petróleo brasileiro (CUT Nacional) 06/10/09

Escrito por Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Plásticas de São Paulo e Região

Durante o seminário "Pré-sal e o Novo Marco Regulatório do Petróleo", realizado na última sexta-feira (2) na sede do Sindicato dos Químicos de São Paulo, o senador Aloizio Mercadante destacou a importância mundial que o Brasil assume com as novas descobertas na camada pré-sal e disse que o País deve gerir os recursos da nova riqueza de forma estratégica. "Temos que estar atentos para o que isso vai representar para o futuro do Brasil".

Mercadante afirmou que o grande debate que envolve as novas descobertas na camada pré-sal é sobre quem vai controlar a extração e utilização da riqueza, e defendeu a gestão estatal das reservas do pré-sal e a adoção do regime de partilha. "É uma grande disputa histórica, e muito difícil", disse ele, defendendo o fortalecimento da Petrobras e seu papel estratégico na exploração das reservas.

Rogério Giannini, presidente do SinPsi e secretário de Relações de Trabalho da CUT/SP, que participou da mesa de discussões, afirmou que o movimento sindical e a sociedade brasileira têm que debater não só a questão de quem se apropria de parte da riqueza produzida pelo pré-sal, o que deve ser feito através de um fundo que garanta investimentos em áreas sociais, mas também com questões como a necessidade de não se abandonar os investimentos em novas fontes de energia inclusive as relacionadas à biomassa. "O Governo Lula tem a oportunidade histórica de deixar um legado institucional que ajude o país a se definir nas próximas décadas. O pré-sal pode significar para as próximas gerações o que a Petrobras e a indústria de base (legados de Getúlio Vargas) significou para a criação do Brasil Industrializado".

Giannini apontou ainda como fundamental a questão da politização do movimento e a necessidade de se trazer o povo para as ruas na defesa de seu futuro e de seus filhos. "Mas é fundamental disputar para ganhar, isso quer dizer inclusive saber traduzir nossas propostas de forma a serem defendidas por qualquer cidadão. Não podemos correr o risco de defender posições que, mesmo sendo avançadas, se descolam do que de fato fará o país avançar. Retomar campos já licitados, por exemplo, pode ser mais do que justo, mas não podemos arriscar esquerdizar demais nossa posição e acabar jogando água no moinho da reação. Claro que tudo isso dependerá da correlação de forças e isso se mede nas ruas com mobilização".

O petróleo representa hoje 61,4% da matriz energética mundial, no Brasil equivale a 48%. Segundo Mercadante, apesar da possibilidade de novas fontes de energia, como o etanol, mais especificamente no caso do Brasil, "o petróleo vai continuar sendo decisivo, pelo menos, nos próximos 20. Portanto, as novas descobertas são absolutamente estratégicas", afirmou ele para uma platéia formada por sindicalistas do setor petrolífero, prefeitos e vices-prefeitos de várias regiões do Estado e lideranças políticas e sociais.

Ao final do evento, Mercadante alertou para a necessidade de se multiplicar a reflexão e o debate em torno do pré-sal, nos sindicatos, comunidades, militância e demais setores da sociedade. "É um debate absolutamente decisivo para o futuro do Brasil, do Estado, dos nossos filhos", destacou.

Justiça concede liminar garantindo o direito de greve aos bancários no ES (CUT Nacional) 06/10/09

Escrito por Seeb/ES

Na última sexta-feira, dia 2, a Justiça do Trabalho deferiu medida liminar garantindo o direito de greve aos bancários do Bradesco em ação movida pelo Sindicato dos Bancários do Espírito Santo (Seeb/ES).

A decisão, da 5ª Vara do Trabalho de Vitória - ES, determina que o Bradesco "permita o livre acesso dos dirigentes sindicais aos locais de trabalho (agências)[...], que o banco se abstenha de coagir os trabalhadores a trabalhar [...], que o banco permita que os bancários realizem manifestações pacíficas em frente às agências e divulguem o movimento".

A liminar determina, ainda, que o Bradesco se abstenha de praticar atos que inviabilizem o direito de greve, sob pena de multa de dez mil reais por agência, respondendo os responsáveis pelo crime de desobediência.

Tal medida é uma conquista dos bancários capixabas tendo em vista que o Bradesco havia conseguido liminar, datada de 24 de setembro, que exigia uma distância mínima de trinta metros das agências para a realização de quaisquer manifestações.

De acordo com Douglas Garcia, diretor do Sindicato dos Bancários/ES, desde o início da greve, o Bradesco vem utilizando diversos artifícios para coagir os funcionários e impedir a paralisação. "Mais uma vez o Bradesco age de forma truculenta com os trabalhadores. Além de pressionar seus funcionários a não aderirem ao movimento, o banco ainda acionou a Polícia Militar a fim de impedir as manifestações grevistas nas agências", afirma o diretor.

Produção industrial tem expansão em sete das 14 regiões pesquisadas, revela IBGE (CUT Nacional) 06/10/09

Escrito por Agência Brasil

A produção industrial teve expansão em sete das 14 regiões pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em agosto, na comparação com o resultado do mês anterior. Em seis, foram registradas taxas superiores à média nacional (1,2%). Segundo dados divulgados nesta terça-feira (6), em relação ao mesmo período do ano passado, no entanto, houve queda em 13 dos 14 locais.

As elevações na passagem de um mês para o outro foram observadas em Pernambuco (7,4%), no Espírito Santo (6,0%), na Bahia (5,7%), na Região Nordeste (3,9%), em São Paulo (2,5%), no Rio Grande do Sul (1,9%) e no Amazonas (1,2%). As indústrias de Minas Gerais e do Paraná apresentaram estabilidade. Já a produção industrial em Goiás (-6,5%), no Pará (-2,8%), em Santa Catarina (-1,7%), no Ceará (-1,1%) e no Rio de Janeiro (-0,9%) teve queda nesta mesma comparação.

Em relação ao mês de agosto do ano passado, o único local a registrar expansão na atividade industrial foi Goiás (3,2%). Os principais resultados negativos foram constatados em Minas Gerais (-13,7%), no Pará (-11,0%), no Espírito Santo (-10,9%), em Santa Catarina (-9,9%) e no Ceará (-9,1%). As demais regiões tiveram recuos menores do que a média nacional (-7,2%): São Paulo (-6,9%), Bahia (-6,1%), Rio Grande do Sul (-5,7%), Região Nordeste (-4,8%), Amazonas (-3,8%), Rio de Janeiro (-2,8%), Pernambuco (-1,3%) e Paraná (-0,9%).

SindSaúde-MG move ação contra o governo pelo não pagamento de adicional noturno (CUT Nacional) 06/10/09
Escrito por SindSaúde-MG

Contrariando a Constituição, o governo de Minas Gerais não paga o adicional noturno para todos os trabalhadores que têm seu horário de trabalho após as 22 horas. Para reverter esta situação, o SindSaúde-MG está movendo uma ação judicial para que o servidor tenha direito ao adicional noturno.

O artigo 12 da Constituição Federal prevê a concessão do ADICIONAL NOTURNO a todo e qualquer SERVIDOR, não havendo restrição, motivo pelo qual o adicional noturno deve ser pago a todos que laborem no horário citado no artigo. Além disso, o Art. 7 prevê aos trabalhadores a garantia da remuneração do trabalho NOTURNO superior ao diurno, bem como estende esse direito aos servidores públicos em seu Art. 39, § 3º.

Para que o servidor tenha reconhecido o seu direito ao ADICIONAL NOTURNO, basta que o mesmo demonstre que exerce atividade após as 22:00 horas até às 05:00 horas do dia seguinte, e que, em seu contra-cheque, não conste este acréscimo e a correspondente remuneração.

Como requerer o Adicional Noturno?

Os servidores da FHEMIG, FUNED, HEMOMINAS, SES e UNIMONTES que não recebem o adicional noturno, podem entrar na Ação. Para isso devem remeter os seguintes documentos ao SIND-SAÚDE/MG:

- Cópia dos 06 últimos contracheques;
- Cópia do CPF, RG e Comprovante de endereço;
- Declaração timbrada do órgão de lotação constando o horário de trabalho ou cópia do cartão de ponto;
- Procuração e Declaração de pobreza preenchidas, segundo modelo fornecido pelo Sindicato.

Vale lembrar que para entrar na Ação, é preciso que o servidor seja sindicalizado, ou filie-se ao Sindicato.

Nós do SindSaúde, estamos sempre prontos para representar a categoria em defesa de seus direitos. Faça parte e fortaleça a nossa luta!

OBS: O SindSaúde somente poderá ajuizar ação para seus associados. Qualquer dúvida entre em contato com o SIND-SAÚDE/MG pelo telefone (31)3207-4800 no Deptº Jurídico.

Sindicato garante efetivação de 173 metalúrgicos na Volks de Taubaté (CUT Nacional) 06/10/09
Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté

O Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté garantiu no mês de setembro a efetivação de 173 trabalhadores contratados por prazo determinado na Volkswagen. No período de 2008 e 2009, o Sindicato já havia assegurado a efetivação de aproximadamente 1.200 trabalhadores na empresa.

A conquista destes trabalhadores mostra a disposição de luta do Sindicato pela garantia do emprego e a geração de renda da região. "O emprego foi um dos temas centrais de nosso 4º Congresso realizado no mês de agosto, e os metalúrgicos de Taubaté estarão sempre empenhados na luta pela manutenção do nível de emprego da categoria e pelo desenvolvimento social e econômico do Vale do Paraíba", disse o presidente do Sindicato, Isaac do Carmo.

Promotoria investiga denúncias de assédio moral na prefeitura de Campinas (CUT Nacional) 06/10/09

Escrito por Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Campinas

A 15ª Região do MPT (Ministério Público do Trabalho) de Campinas e o MPE (Ministério Público Estadual) investigam ao menos 15 denúncias de assédio moral contra funcionários da Prefeitura de Campinas. Quatro deles, inclusive, já tiveram audiências de esclarecimentos no MPT.

A informação é do coordenador do STMC (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal) de Campinas, Marinaldo Maciel, que, ainda revelou haver outras 30 denúncias correndo internamente na Prefeitura de Campinas. "Nem todas as denúncias chegaram à Justiça porque queremos esgotar os caminhos administrativos para, se necessário, levar ao Ministério Público. Temos uma série de denúncias organizadas em um único documento. No entanto, já tivemos algumas reuniões com promotores que elogiaram nosso trabalho", disse.

Segundo o diretor da área de Saúde do sindicato, Marcelo Rossi Redorat, houve aumento no número de queixas de assédio moral desde o final da greve, especialmente na área de saúde e no Hospital Municipal Mário Gatti. Os nomes das vítimas serão preservados para evitar exposição pública. "Aumentou o índice de assédio, principalmente depois da greve. Os casos se concentram no Mário Gatti, mas há de outros locais. Estamos fazendo um trabalho de conscientização para esclarecer aos servidores o que é assédio moral", comentou.

Para o sindicalista, a prefeitura trabalha para intimidar os funcionários que participaram de reivindicações. "A gestão da prefeitura parece intimidar os funcionários de caso pensado. Existem servidores que estão com problemas psicológicos e têm que tomar calmante", denunciou.

A prefeitura foi procurada pela reportagem do TodoDia e esclareceu o posicionamento do Executivo em relação às denúncias e o assédio moral. A assessoria de imprensa disse que "a prefeitura repudia veementemente qualquer tipo de assédio moral".

Sobre os casos denunciados, reconheceu "que os servidores que se sentem assediados têm todo o direito de recorrer ao DPDI (Departamento de Processos Disciplinares e Investigatórios) para investigação". Por fim, depois de consultar a Secretaria de Assuntos Jurídicos, a assessoria garantiu que os casos comprovados serão punidos.

O coordenador do sindicato, no entanto, avalia que os principais prejuízos ocorrem para as vítimas de assédio moral - que têm a dignidade "devastada" - e a própria população, pois vai receber um serviço de pior qualidade. "Quero acreditar que esse volume de casos, logo após a greve, não seja de caso pensado por parte da administração. Mas como é tão recorrente, parece ser um atentado à organização sindical e uma punição aos que reivindicam", concluiu.

O STMC iniciou, inclusive, uma campanha contra essa prática. A campanha "Assédio Moral é Crime! Denuncie" tem um vídeo no site do sindicato e no Youtube, sob o mesmo título. O vídeo esclarece quais práticas podem ser consideradas como tal e conta com depoimento de especialistas e vítimas da prática. Segundo a lei 11.409, de 4 de novembro de 2002, o assédio moral é passível de punições que vão desde advertência, passando por suspensão, até a demissão do funcionário envolvido.

Em Itu (SP), metalúrgicos do Grupo 8 rejeitam proposta da bancada patronal (CUT Nacional) 06/10/09

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos de Itu

Nesta segunda-feira (5), o Sindicato dos Metalúrgicos de Itu e Região estiveram na porta de três empresas realizando assembleias e assim, passando a proposta feita pela bancada patronal do Grupo 8 na tarde da última sexta-feira.

A proposta consiste em 4,44% de INPC e 1,88% aumento real totalizando 6,4% sendo que os pisos serão reajustados com esse percentual, com teto de aplicação de R\$ 4.543,00 e acima será aplicado valor fixo de R\$ 290,75. Além avanços nas cláusulas sociais.

Na empresa Polimet, localizada em Boituva, os trabalhadores (as) decidiram em assembleia pela greve até que a empresa negocie 4,44% de INPC e 3,60% de aumento real, resultando em 8,20% de reajuste. Já na empresa ACE, também em Boituva, o trabalhadores (as) paralisaram a produção por uma hora nesta manhã e aguardam uma decisão da reunião que acontecerá na terça-feira às 14h.

Em Itu a empresa IFC CoBrecom rejeitou a proposta, O Sindicato irá apresentar à empresa a decisão dos trabalhadores (as) e tentar negociar até chegar aos 8,20%, caso contrário, já há mobilização na fábrica para um movimento grevista que poderá começar na manhã de terça-feira.

Limpeza: trabalhadores da Termag param contra descaso dos patrões (CUT SP) 06/10/09

Luiz Carvalho, com informações do Sindilimpeza

Cansados e indignados com tanto descaso por parte da empresa, trabalhadores da limpeza da Clean Mall Serviços S/C Ltda., que prestam serviços na Termag – Terminal Marítimo do Guarujá S/A, paralisaram as atividades nesta terça-feira (06), às 07h. para exigir que representantes da Clean Mall atendam às reivindicações da categoria.

A decisão foi tomada pelos trabalhadores (cerca de 40) após a demissão de um dos encarregados, que segundo eles, é totalmente injusta. Além disso, outros companheiros também foram mandados embora sem uma causa convincente e isto vem revoltando os demais.

A diretoria do Sindilimpeza (Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Asseio e Conservação de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Praia Grande, Santos e São Vicente) já há algum tempo luta para solucionar os problemas desses trabalhadores que estão sofrendo com várias irregularidades.

No mês de julho, o sindicato que representa cerca de 10 mil trabalhadores, encaminhou pedido de fiscalização (em caráter de extrema urgência) ao Ministério de Trabalho e está aguardando resposta. Algumas irregularidades apontadas pela entidade são:

. Corte do pagamento do Adicional de Insalubridade para os trabalhadores alegando que a área do terminal deixou de ser insalubre de acordo com um laudo técnico. Porém, para os trabalhadores diretos da Tomadora, a área permanece insalubre;

. Falta de pagamento do Adicional de periculosidade para alguns trabalhadores que exercem suas atividades em locais altos e perigosos dentro do terminal;

. Desconto mensal indevido de aproximadamente R\$ 20,00 (vinte reais), a título de refeição. Entretanto, a Convenção Coletiva limita o desconto diário a R\$ 0,11 (onze centavos).

Segundo Cícero Silva, diretor do Sindlimpeza, os trabalhadores aguardarão até sexta-feira (09) uma resposta da empresa. “Caso o quadro de desrespeito continue, iremos decretar greve por tempo indeterminado”, afirmou.

Brasil deve manter nas mãos do Estado controle do pré-sal, diz Mercadante (CUT SP) 06/10/09

Sindicato dos Químicos de São Paulo

O senador Aloizio Mercadante destacou a importância mundial que o Brasil assume com as novas descobertas na camada pré-sal e disse que o País deve gerir os recursos da nova riqueza de forma estratégica. “Temos que estar atentos para o que isso vai representar para o futuro do Brasil”, disse ele, durante o seminário Pré-sal e o Novo Marco Regulatório do Petróleo, nesta sexta-feira (2/10), em São Paulo.

Mercadante afirmou que o grande debate que envolve as novas descobertas na camada pré-sal é sobre quem vai controlar a extração e utilização da riqueza, e defendeu a gestão estatal das reservas do pré-sal e a adoção do regime de partilha. “É uma grande disputa histórica, e muito difícil”, disse ele, defendendo o fortalecimento da Petrobras e seu papel estratégico na exploração das reservas.

O petróleo representa hoje 61,4% da matriz energética mundial, no Brasil equivale a 48%. Segundo Mercadante, apesar da possibilidade de novas fontes de energia, como o etanol, mais especificamente no caso do Brasil, “o petróleo vai continuar sendo decisivo, pelo menos, nos próximos 20. Portanto, as novas descobertas são absolutamente estratégicas”, afirmou ele para uma platéia formada por sindicalistas do setor petrolífero, prefeitos e vices-prefeitos de várias regiões do Estado e lideranças políticas e sociais.

O senador lembrou que o petróleo é a principal matriz energética desde os anos 30 no mundo e é, há um século, também o principal setor da economia mundial. No ranking de produtores mundiais de petróleo, o Brasil, que era o 16º, com as novas descobertas na camada pré-sal, caminha para ocupar a 8ª colocação. Segundo Mercadante, as expectativas quanto às novas descobertas são de 50 a 70 bilhões de barris. “Não é uma descoberta qualquer”, disse, ao comentar que as descobertas de reservas no mundo cresceram, em 10 anos, em torno de 16%, e o consumo cresceu mais de 45%. Para o ele, essa relação oferta/demanda “coloca a gestão das reservas como uma questão estratégica das nações”, defendeu.

Mercadante afirmou que o grande desafio do Brasil é não cometer os mesmos erros das nações que fracassaram na utilização da riqueza do petróleo, e disse que o País leva vantagem ao se tornar tardiamente uma potência petrolífera, pelo fato de ser a 10ª economia do mundo, um país democrático, que distribui renda e que ganhou grande liderança internacional. “Por tudo isso, o Brasil tem a chance de não repetir os graves erros que as outras potências petrolíferas viveram. Porque a tendência é viver só do petróleo, é criar uma sociedade parasitária, em que os outros setores da economia não se desenvolvem e a burocracia do Estado se apropria da riqueza de uma sociedade profundamente excludente”, alertou.

Precursor do debate sobre o pré-sal, o senador Mercadante vem defendendo, em todos os debates que participa sobre o tema, que os recursos das riquezas sejam utilizados em projetos estruturantes que viabilizem o desenvolvimento do Brasil, e em projetos para as áreas da educação, ciência e tecnologia, e meio ambiente, a partir da criação de um fundo social.

Ao final do evento, Mercadante alertou para a necessidade de se multiplicar a reflexão e o debate em torno do pré-sal, nos sindicatos, comunidades, militância e demais setores da sociedade. “É um debate absolutamente decisivo para o futuro do Brasil, do Estado, dos nossos filhos”, destacou.

SITES PESQUISADOS








O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:
imprensa@sinergiaspcut.org.br

Área de Comunicação SINERGIA CUT
 Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lilian Parise
www.sinergiaspcut.org.br
 Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

SINERGIA SINERGIA SINERGIA SINERGIA

Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de São Paulo